



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 015

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 015**

### **15ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Memorandos ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 04

#### **Pequeno/Grande Expediente:**

#### **Homenagem ao Dia Internacional da**

#### **Mulher**

#### **Oradoras;**

Dep. Cida Borghetti ..... 05

Dep. Rosane Ferreira ..... 05

Dep. Beti Pavin ..... 07

Dep. Luciana Rafagnin ..... 08

Sra. Elza Campos ..... 10

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 17

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto ..... 18

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró ..... 19

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost ..... 20

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 22

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 23

Liderança do Governo

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 24

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 25

Discussão/Votação

Redação Final ..... 25

#### **Encerramento da Sessão ..... 26**

#### **Publicações:**

Presidência

Ato ..... 26

### **DIÁRIO Nº 015**

### **15ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**06 DE MARÇO DE 2008**

*(quinta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelas Sras. Deputadas Beti Pavin e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagnão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Carlos Simões, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Carlos

Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Pedro Ivo, Péricles de Mello e Stephanes Júnior (17).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº CTL/CC 059/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 693/07. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 016/08

Curitiba, em 04.03.08.

Senhor Presidente:

Em respeito ao Poder Legislativo, e sem embargos à decisão exarada pelo egrégio Tribunal Federal - STF, em sede de liminar na ADIN nº 2319-5, de 09/11/01, suspendendo a necessidade de aprovação pela Assembleia Legislativa da nomeação decidida pelo Governador do Estado e conforme o disposto no artigo 116, da Constituição Estadual, encaminho para ciência dessa Assembleia a nomeação do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, para ocupar o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado.

Esclareço, ainda, que o escolhido figurou na lista de nomes indicados em eleição realizada pelos integrantes do Ministério Público, na forma da lei, cujo resultado está contido no anexo Ofício nº 267/08 - GAB, de 22/02/08, da Procuradoria-Geral de Justiça.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

OFÍCIO Nº 267/08-GAB

Curitiba, em 22.02.08.

Senhor Governador:

Cumprimentando-o, honra-me passar às mãos de V. Exa. a anexa lista tríplice formada em eleição destinada à escolha do Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, de acordo com o contido no artigo 16 e seus parágrafos, de Lei Complementar Estadual nº 085, de 27/12/99.

Colocando-me à disposição de V. Exa., consigno-lhe a garantia da minha mais alta consideração, e especial apreço.

(a) MILTON RIQUELME DE MACEDO  
Procurador Geral de Justiça

Lista formada em eleição destinada à escolha do Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná

1º) Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça, 363 votos;

2º) Ernani Souza Cubas Junior, Procurador de Justiça, 342 votos;

3º) Bruno Sergio Galatti, Procurador de Justiça, 292 votos.

### ***Memorando***

#### **MEMORANDO**

O Procurador Olympio de Sá Sotto Maior Neto, indicado para o cargo de Procurador Geral da Justiça pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião, será ouvido pela Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 01/08, na sala de reuniões das comissões, às 11h da próxima segunda-feira, dia 10 de março.

No mesmo dia, às 14h30 haverá uma Sessão Especial para votar a manifestação (parecer) da Comissão Especial, contando com a presença do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Sala das Sessões, em 06.03.08.

(a) PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA

OFÍCIO Nº 015/08

Curitiba, em 04.03.08.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa., nos termos constitucionais, que estarei afastado do país no período de 06 a 08/03/08, em viagem para a Argentina, objetivando tratar de assuntos de cunho técnico e de interesse público do estado do Paraná.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 047/08

SÚMULA:

Liberação de (01) uma Kombi para a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas, para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma Kombi para a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo pedido da Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá.

Sala das Sessões, em 06.03.08.

(a) DR. BATISTA

## INDICAÇÃO Nº 048/08

### SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot que ordenem a pavimentação ou a colocação de pedras irregulares, no trecho de três quilômetros que liga a BR-277 à colônia Dom Pedro, no município de Campo Magro.

Art. 1º Propõe que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes, que ordenem a pavimentação ou a colocação de pedras irregulares, no trecho de três quilômetros que liga a BR-277 à colônia Dom Pedro, no município de Campo Magro. Atualmente esse trecho é de terra e dificulta a locomoção e o transporte da produção local. A benfeitoria proposta atenderá cerca de 5 mil pessoas. Entre eles escolares, produtores de batata, milho, cebola e outros gêneros agrícolas. Os custos e as perdas da produção agrícola com o transporte serão reduzidos gerando qualidade de vida e renda para os moradores da região.

Sala das Sessões, em 06.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

## Requerimento

### REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 06/03/08.

Sala das Sessões, em 06.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, em atendimento ao convite do Presidente do Conselho Federal de Medicina, para participar da Assembléia dos Médicos do Brasil, que terá como objetivo defender publicamente a saúde da população.

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 069/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado Jogos Estaduais para Atletas Portadores de Necessidades Especiais, no âmbito do estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Paraná Esporte agendará as competições para atletas portadores de necessidades especiais, logo após a realização dos

Jogos Abertos do Estado do Paraná aproveitando as praças esportivas e acomodações utilizadas, com as adaptações necessárias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.08.

(a) MARCELO RANGEL

### JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei objetiva criar Jogos Estaduais para Atletas Portadores de Necessidades Especiais.

A integração das pessoas portadoras de deficiência insere-se no conjunto do processo político, econômico e social, e exige a formulação e o desenvolvimento de programas nos diferentes níveis da administração e a conjugação de esforços de todos os segmentos da organização social e da vida coletiva. Os indivíduos sofrem no corpo e na mente as deficiências que o atingem, o preconceito e o desconhecimento ferem a cidadania, e afetam a organização da sociedade.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

### PROJETO DE LEI Nº 070/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente - Lar Turminha de Jesus, com sede e foro no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

### JUSTIFICATIVA:

O projeto do Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente - Lar Turminha de Jesus, associação benéfica sem fins lucrativos, localizada no bairro do Cajuru, no município de Curitiba, estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 06.144.549/0001-86, tem por finalidade principal o amparo de crianças e adolescentes carentes de recursos e orientação sócio-educacional. Para tanto, fornece aos mesmos: alimentação básica, roupas e banhos, assistência e encaminhamento nos casos que requeiram urgências médicas e farmacêuticas, direcionamento para formação em cursos profissionalizantes e posterior colocação no mercado de trabalho, recreação, orientação musical, ensino religioso, conceitos de cidadania e integração familiar, para que não fiquem expostos à situação de rua, bem como apoio para que vários deles sejam recuperados nos aspectos físico, moral e psicológico.

## ***Grande Expediente:***

### ***Comemoração do Dia Internacional da Mulher***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Por solicitação das Deputadas Rosane Ferreira, Presidente da Comissão Permanente dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente; da Deputada Beti Pavin, da Deputada Luciana Rafagnin e da Deputada Cida Borghetti, o Grande Expediente desta Sessão Ordinária será destinado à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

## ***Oradoras:***

### ***Deputada Cida Borghetti***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

(**Lê**):

“Sinto-me honrada em receber a atribuição do Presidente da Assembléia Legislativa, Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, para presidir a Sessão durante a homenagem da Assembléia Legislativa ao Dia Internacional da Mulher.

Quero saudar os presentes, especialmente as mulheres do Paraná!

Durante esta semana as Deputadas Estaduais se alternaram na tribuna, falando sobre política e participação da mulher.

Recebemos aqui o apoio do Fórum Popular de Mulheres, que também luta na conquista de mais espaço para as mulheres.

Acredito que o número de mulheres na política, em pouco tempo, será maior.

As mulheres, hoje, são maioria nas universidades. Estão ocupando espaço e de forma muito consciente, com capacitação e objetivos determinados.

Homens e mulheres de bem devem ocupar os espaços públicos, criando políticas eficazes, proporcionando qualidade de vida para a população paranaense.

O fim da Administração Pública e proporcionar serviços à comunidade, a todos aqueles que dependem do Poder Público, criando condições efetivas de inclusão social.

Agradecemos a presença de todos e também da CNBB, através da assessora política Francisca Meireles.

Daremos continuidade aos trabalhos desta Sessão e ouviremos as Deputadas e nossa convidada.”

É com máxima satisfação que concedo a palavra à Deputada Rosane Ferreira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.

Como hoje é um dia especial, de comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o tempo fica à disposição. A tribuna é de V. Exa., Deputada Rosane Ferreira.

### ***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Muito obrigada, Deputada Cida Borghetti, mas serei breve.

(**Faz a saudação às autoridades presentes**)

Há três semanas atrás conversávamos no Fórum Popular das Mulheres, com sua Coordenadora, a Sra. Antônio Passos de Araújo, também aqui presente e hoje responsável, juntamente com as Deputadas da elaboração e coordenação deste dia, como o que nós trataríamos no Dia Internacional da Mulher no ano de 2008.

No ano passado, muitas de vocês já estavam aqui conosco e discutimos muito o enfoque da violência contra as mulheres. Estávamos com a Lei Maria da Penha “saindo do forno” e precisávamos tratar, divulgar e fazer com que esta lei chegasse aos lares paranaenses e aos lares do Brasil, como um todo.

Este ano, em discussão, a presença da Elza, nossa Presidente e outras pessoas, discutíamos que optariamos por traçar o tema: A Política sob o Olhar da Mulher. Pensamos isto, Gleisi, porque defendemos que o melhor espaço para se conseguir as demais políticas, seja política de Segurança Pública, seja política de Saúde, seja política de cuidados com as nossas crianças e adolescentes é fazer com que as mulheres participem da política partidária.

Desde o início da semana estamos discutindo a participação da mulher nesta Casa, na segunda-feira eu fiz um pronunciamento, na terça-feira a Deputada Cida, na quarta a Beti, hoje a Deputada Luciana Rafagnin vai falar, e estamos traçando como é esse papel da mulher na política paranaense. E foram alguns dissabores, eu confesso, foi muito triste pensar que desde 1947, quando elegemos a primeira Deputada, até o dia de hoje só passaram por esta Casa 15 mulheres, para mais de 890 homens. Pensando nessa situação, discutimos também como o Paraná estava inserido nesse contexto. Hoje o Paraná tem uma representatividade de sete, qualquer coisa, de mulheres dentro da política, enquanto que no Brasil a média é 12. Ocupamos no ranking dos estados o 23º lugar em participação das mulheres na política partidária, embora tenhamos ótimos quadros em todos os setores, seja na questão jurídica, seja nas escolas, nas universidades, seja na área médica.

Então, o que acontece? Pensando nessa situação, e depois de traçar esse perfil da mulher, fizemos uma pequena pesquisa, Deputada Beti, a nossa assessoria tentou entrar em contato com 100% das mulheres que já passaram por esta Casa, tivemos êxito com 11, tivemos a nossa primeira Deputada eleita, já é falecida, e duas não conseguimos contato. Então, entramos em contato com 11, e o que constatamos? Debates algumas questões, por exemplo quanto ao preconceito. Por que as mulheres não estão mais dentro da Assembléia Legislativa do Paraná e por que perdemos as duas únicas cadeiras que tivemos na legislatura passada dentro do Congresso?

Quanto ao preconceito: as mulheres que chegaram a esta Casa, em sua maioria absoluta, ou seja 100%, afirmaram não ter enfrentado qualquer espécie de preconceito dentro desta Casa, seja por parte dos funcionários, seja por parte dos colegas Parlamentares. E isso é uma realidade, Deputado Cheida, pelo contrário, somos bem acolhidas, e de um certo ponto até protegidas, Deputado Pastor Edson Praczyk, pelos Srs. Parlamentares. Até o Deputado Romanelli, que muitas vezes é tão incisivo conosco, tem um certo cuidado, porque já tivemos alguns enfrentamentos. Mas de qualquer forma sabemos que aqui dentro os funcionários que ajudam a Mesa, os funcionários como um todo - está lá a Ana, uma representante - sabem que todos tentam facilitar e nos tratam da mesma forma com que tratam os demais Parlamentares.

Oitenta e cinco por cento das mulheres que conversamos também classificaram a Assembléia Legislativa como um espaço onde predomina a pluralidade, ou seja, o preconceito aqui não cabe, evidente. Mas como explicar a pequena representatividade feminina na política brasileira? A principal barreira apontada pelas entrevistadas é a falta de interesse das mulheres de participarem do jogo político. O sistema de cotas nos ajudou, mas não basta; temos que desvendar os outros mistérios que ainda nos impedem de estar aqui. Para 70% das entrevistadas o preconceito está enraizado em nossa própria criação; 90% das entrevistadas acreditam que precisamos de mais mulheres disputando cargos eletivos, essa é a única maneira de aumentarmos a nossa representatividade na política.

Então, realmente não bastam só as cotas. Temos um dado também, que é o único dado que o Paraná melhora a sua classificação, de todas as mulheres que se colocam à disposição de uma disputa eleitoral, 28% delas logram êxito.

É um índice bastante bom, comparado a outros estados. Aí o Paraná passa a ser o 7º nessa recepção das mulheres.

Então, quando decidimos, quando vamos à luta, nós chegamos. Mas precisamos decidir esse ir à luta.

Cito a resposta de uma ex-Deputada que sintetiza bem o que estou falando: “Quando tivermos o mesmo número de candidatas e candidatos, teremos uma representatividade mais igualitária entre homens e mulheres em todos os Poderes”.

Conversava há pouco com o Deputado Tadeu Veneri e ele me citava um país onde decidiram que as mulheres seriam 50% de todos os espaços públicos, e a corrupção caiu muito, quase zerou.

Fizemos questões relacionadas à vida familiar em nossa pesquisa. De acordo com a nossa pesquisa, 80% das ex-Deputadas conta com amplo apoio da família para atuar na política. Mas 60% delas admitem já ter aberto mão da convivência com o marido ou filhos, em prol da vida pública.

Quero conversar com as outras 40%, porque achei que essa resposta iria ser 100%, porque abrimos mão, o tempo todo, desse convívio familiar.

Nas respostas livres, a maioria das Deputadas e ex-Deputadas afirma ter apoio total do companheiro para lidar com a situação. Justificam a ausência com o comprometimento com a sociedade.

Cito a resposta de uma das Deputadas que resume esse sentimento: “Para que isso funcione, ou seja, para que a mulher entre na política, é necessário muito diálogo e muito apoio do companheiro. O meu marido sempre me apoiou, me incentivou e, muitas vezes, precisou ser pai e mãe.” Isso é fundamental!

Procuramos saber o que estão fazendo as ex-Deputadas. De acordo com a nossa pesquisa, 65% continuam envolvidas com política partidária, seja nos bastidores ou em disputas eleitorais.

Apenas 35% voltaram para suas carreiras ou deixaram a vida pública. Mesmo assim, 70% continuam envolvidas de alguma forma, mesmo que indireta, com projetos sociais ou governamentais.

A respeito dos trabalhos realizados nos mandatos, 60% das Deputadas se dizem satisfeitas; 100% acreditam ter dado sua contribuição.

Quando aprofundamos essa insatisfação, todas não colocam essa insatisfação como postura pessoal, mas o sistema político-partidário ainda é muito cruel, não para com a mulher, mas para a sociedade como um todo.

Ainda muitas questionam o trâmite das Casas de Leis. As dificuldades do entendimento, as dificuldades de colocar dentro desta Casa questões que influenciam e que melhorem a vida das pessoas. Isso foi a fala das mulheres que se julgam insatisfeitas.

Apesar de ter dado tudo de si, esse tudo de si não representou uma mudança substancial na vida das pessoas, que é o nosso objetivo aqui dentro.

Cito o pensamento de uma das entrevistadas com relação a essa questão: “Há tantas mulheres que estão se destacando no mercado de trabalho em diversos setores. Já é hora dessas moças jovens partirem para a política, darem um pouco de si para o bem de toda sociedade.”

Mas no que nós mulheres somos diferentes na hora de fazer política? No que nós mulheres somos diferentes? De acordo com a pesquisa, 80% acreditam que as mulheres têm uma visão mais holística na hora de tomar decisões. É a visão do todo. Outras 70% destacaram que as mulheres trazem ao jogo político uma visão mais solidária. É o cuidar. É o nosso principal verbo. Acredito nisso. Outras citaram: “O olhar feminino de mãe é aquele que valoriza as pequenas coisas e é também essencial na política”.

Com esta frase encerro o meu pronunciamento e percebo, mesmo aqui nesta Casa, Deputada Beti, Deputada Cida, Deputada Luciana Rafagnin, embora sejamos tão poucas, sinto que trazemos essa coisa do cuidar para os nossos mandatos, para as nossas posturas aqui. Isso é inerente do gênero e é isso que temos que trazer.

Enfrentei muitas dificuldades para estar aqui, mas todas perfeitamente transponíveis e todas me enriqueceram muito como pessoa. Eu entendo isso. Muitas vezes, plagiando uma frase, temos que ser mais duras, mais incisivas, mas sem perder a ternura. Embora as coisas ditas aqui dentro tenham dado tanto problema, mas não perdemos essa ternura e essa ternura é essencial.

Quando cheguei a esta Casa como a Deputada com menos votos, como a única Deputada de um partido pequeno, que era o Partido Verde, achei que ia ter imensas dificuldades: “Ih, a Rosane não vai conseguir aquele mandato; ela não vai participar de comissões; a Rosane não vai ter tempo de tribuna, enfim, o mandato da Rosane será pífio.”

Quero voltar só um pouquinho naquele começo, dizer que esta Casa oportuniza que possamos galgar espaço, Desembargadora. Ao chegar aqui, assumi a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente; assumi a Vice-Presidência; tenho a honra de trabalhar ao lado do Deputado Cheida na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente; faço parte da Comissão de Saúde e tento auxiliar o Deputado Ney Leprevost nesses trabalhos; faço parte de um Bloco que tem a ousadia de se dizer independente, embora ninguém acredite nisso, nem a imprensa. “Ou você é Oposição ou você é Situação!” “Ou você é da Bancada que negocia?” Não, Deputado Valdir, temos tentado, junto com o Deputado Reni Pereira, com o Deputado Edson Praczyk, com o Deputado Chico Noroeste, com o Deputado Carli Filho, uma postura de independência. Não é fácil, Deputado Cheida. Quando você se julga ter essa postura de independência, significa que temos que estudar cada posicionamento. Às vezes, é muito fácil participar de um grupo de Oposição ou Situação. É Governo, sou contra, ou o Governo sou eu! Então, é mais fácil. Nós tentamos aqui uma outra postura.

Era isso que eu queria dizer. Os trabalhos estão só iniciando. Hoje, estamos fazendo o primeiro evento de uma série de outros. Hoje, 6 de março, Grande Expediente, eu já disse que será conduzido pela Elza. Dia 8 de março, dia Internacional da Mulher, haverá uma caminhada na rua XV e Novembro, em Curitiba, o fórum à frente dessa questão toda. Dia 17 de abril um Seminário Suprapartidário, com a participação das mulheres, aqui na Assembléia. Gostaríamos de contar muito com a presença de todos vocês, nesse ato do dia 17 de abril.

As minhas palavras são essas. Desculpe, Sra. Presidente, se me excedi no horário, mas nós, mulheres, nos deixamos conduzir pela emoção, graças a Deus.

Obrigada.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

É com a máxima satisfação que, neste momento, concedo a palavra a Sra. Beti Pavin, convidando ainda para que assuma a 1ª Secretária, Deputada Rosane Ferreira. Belas palavras, Deputada Rosane.

Vamos registrar a presença dos nossos colegas que apóiam o trabalho das mulheres paranaenses, dos seguintes Deputados: Antonio Belinati, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Ribas Carli Filho, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nelson Justus, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson e Dr. Batista. Queremos agradecer a presença dos nossos colegas, que diuturnamente estão conosco nos apoiando.

Agora, com a palavra, Deputada Beti Pavin.

## ***Deputada Beti Pavin (PMDB)***

A SRA. BETI PAVIN

Sra. Deputada Cida, que tão bem tem nos representado sempre, quando solicitada à frente dos trabalhos desta Casa; nossa 1ª Secretária, Deputada Rosane; 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin; Sras. e Srs. Deputados que estão, aqui, hoje, maciçamente.

Participei também no ano passado, naquele momento não foi possível e fico feliz de estar pensando refletido sobre o papel da mulher na política e na sociedade, aqui, em todos os segmentos sociais.

(Lê):

“Gostaria de iniciar dizendo que, embora nós mulheres representemos ainda uma minoria nas esferas de poder e de decisão, somos mais de 50% da população e mais de 40% da população economicamente ativa.

As razões são culturais. Foi somente em 1932 que as brasileiras conquistaram o direito ao voto. E mais, até 1962, as mulheres casadas ainda eram consideradas relativamente incapazes pela legislação.

Somente nas últimas décadas, em especial nos anos 80, é que vem-se verificando uma participação mais expressiva, com um maior engajamento das mulheres nos movimentos sociais de um modo geral e na política.

Faço esta preliminar para falar da importância de alçar as mulheres aos cargos de decisão do nosso país. Apesar de toda a caminhada e dos avanços enormes que conseguimos, nossa participação ainda é muito pequena. Nesta Casa, somos apenas quatro representantes. E a situação não é diferente na Câmara Federal. no Senado...

Nos deparamos ainda com resquícios culturais, com uma visão das mulheres como emocionalmente frágeis, o que comprometeria o exercício do poder, limitaria a capacidade de dedicação. Entretanto, a prática vem demonstrando exatamente o contrário. O que culturalmente era visto como defeito é, na verdade, virtude. A emoção, a capacidade de ternura, a maneira mais humana de ver a vida - características tipicamente femininas - são imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Finalizando, gostaria de dizer que, a par das necessárias ações que garantam uma maior participação das mulheres, temos que ser mais ousadas no sentido de alcançar o equilíbrio no vasto universo concebido pela lei do mais forte e reconstruí-lo sob uma nova ótica, não feminina, mas sob uma ótica menos dicotomizada, que busque uma proposta de união e cooperação entre iguais. Isso só virá a reforçar a democracia, o debate aberto que permite que posições diferentes se contraponham com respeito e ajudem na construção de um país mais forte e justo.”

#### A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Nesse momento, concedo a palavra à Sra. Deputada, 2ª Secretária desta Casa de Leis, Sra. Luciana Rafagnin. Portanto, a Deputada Beti Pavin assume a 2ª Secretaria, neste momento.

Anunciamos a presença da Prefeita da Cidade de Ouro Verde do Oeste, Cleunice Alves Camargo; bem como a Prefeita de Pranchita, Iva Magnani; a Prefeita de Querência do Norte, Rosenei Aparecida Raggiotto Oliveira; também a Prefeita de Lobato, Tânia Martins Costa; bem como a Maria Ângela Benatti, a nossa querida Dra. Ângela, Procuradora do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; também reforçamos aqui, a pedido do Deputado Litro, a presença, e agradecemos, do Prefeito José Carlos Zampoli e do Presidente da Câmara de Porto Barreto. Muito obrigada pela presença aqui, na manhã de hoje.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Bom-dia a todas. Bom-dia aos Srs. Deputados, de uma maneira especial à Presidente desta Sessão, Deputada Cida Borghetti; à 1ª Secretária, Deputada Rosane; à 2ª Secretária, Deputada Beti Pavin. Queria saudar, com muito carinho, todas as companheiras que participam desta Sessão Solene, na verdade uma pequena homenagem às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Queria saudar aqui a Antônia, que coordena o Fórum Popular de Mulheres; a Elza Campos, que vai ser a oradora aqui, estará falando em nome de todas as mulheres aqui presentes, que faz parte do Fórum e do Conselho Estadual da Mulher do Paraná. Saudar a Presidente do meu partido, Gleisi Hoffman, que é a primeira mulher a assumir o nosso partido no estado do Paraná, queria parabenizá-la, por isso. Saudar com muito carinho a nossa colega, a nossa companheira Dona Íris, que é a mãe da Deputada Cida Borghetti, que tem os seus 82 anos, sempre presente aqui na Assembléia, acompanhando os trabalhos da filha, o trabalho das mulheres e também dos homens desta Casa de Leis.

Estamos tendo uma semana bem especial, durante toda a semana, aqui, as Deputadas que me antecederam já mencionaram isso, mas tivemos durante todos os dias, as

companheiras Deputadas usaram desta tribuna e aqui foram mencionados muitos fatos, de uma maneira especial um relato de como é a vida da mulher hoje, mas com ênfase à vida política da mulher.

Fiquei pensando e até comentei com a Deputada Cida, ao vir nesta tribuna: “Puxa, a gente se deteve muito às estatísticas, muito aos dados.” E claro que aqui uma acabou falando, a outra acabou reforçando ainda mais que a nossa participação é bastante fraca na política. Também vinha anotando e fazendo uma reflexão sobre essa participação da mulher na política e confesso que esses dados realmente nos assustam. A nossa participação é bastante fraca, bastante tímida.

Por isso, não podemos deixar de fazer uma avaliação aqui, de que isso faz parte da cultura que nós vivemos. E que por muitos e muitos anos, foi trabalhado que a questão da mulher, que a questão do negro e que a questão do pobre, não é para estar envolvida em política, não é para fazer política. Isso para a mulher pesou muito, para o negro também pesou muito e para o pobre também, tanto é que a própria eleição do Presidente Lula teve, se olharmos, muita discriminação. Se olharmos a questão da mulher, é um fardo ainda maior, porque a mulher carrega consigo a questão de que a mulher nasceu e precisa dar conta de todo o trabalho, de todos os afazeres da casa. A mulher precisa tomar conta da educação dos filhos. Como se isso fosse uma tarefa só da mulher. A mulher então traz consigo, traz presente um sentimento de culpa e, por isso, ela não se desafia muito a participar da política.

Quero aqui, de uma maneira especial, parabenizar as Prefeitas que estão aqui, porque sabemos que quando nos desafiamos para participar do Poder Legislativo, acho que isso já é um desafio, e esse desafio é ainda maior quando vai para o Poder Executivo. Queria cumprimentar as Prefeitas que aqui estão, a nossa participação e representação, no Poder Executivo, é bastante fraca, um pouco mais de 5%, mas temos essa representação. Ainda bem que temos pelo menos um pouco mais de 5% das mulheres no Poder Executivo do Paraná. Temos poucas mulheres aqui no Poder Legislativo do Estado, um pouco mais de 7%, quando a média nacional é quase 12%, mas são os desafios que temos pela frente para termos mais mulheres. Não chegamos à média nacional das nossas representantes nas Câmaras Municipais, que é 12% a média nacional, hoje, das Vereadoras, mas acredito que é um desafio para este ano.

Este ano teremos eleições municipais, Prefeitas e Vereadoras. É o sonho que temos de poder eleger um bom número, de poder aumentar esse quadro de Vereadoras e de Prefeitas. Quando falamos da questão da mulher, da participação da mulher na política, não estamos falando simplesmente da participação da mulher pela questão do poder, simplesmente, pelo poder. Muitas vezes as pessoas acham que a mulher quer participar da política simplesmente pelo poder, porque quer ter o poder, e não significa isso.



Quando falamos da participação da mulher na política é porque falamos de um sonho maior, de uma transformação social que queremos que aconteça e que só vai acontecer se tiver a participação feminina. Só vai acontecer se tiver o olhar feminino nessa política, se tiver o olhar feminino nas Prefeituras, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, seja no poder estadual, seja no poder federal ou nos poderes municipais.

Precisamos do olhar feminino, que é com o olhar feminino que vamos construindo essa sociedade que sonhamos, que queremos, que vamos construindo o mundo com mais igualdade e com paz.

A mulher transmite isso, busca isso, e quando falamos dessa forma, é porque vivemos essa experiência.

Aqui já foi mencionado pelas próprias companheiras eu queria reforçar, quando fazemos uma análise do porquê a mulher participa pouco da política, além dessa questão cultural, patriarcal que nós temos, temos também a questão econômica que inibe muito a participação feminina. Muitas vezes os partidos não dão a participação para as mulheres, eles simplesmente acabam chamando alguém para ser candidato “laranja”, para registrar um nome simplesmente, mas não dão oportunidade. Ou então colocam a mulher como candidata, mas em nenhum momento sentam com essa mulher, discutem como está indo a campanha, ajudam a pensar na campanha dessa mulher e deixar que ela dispute de igual para igual. Muito difícil acontecer isso nos partidos políticos, porque já existe a intenção de quem se quer eleger. E, quando se tem a intenção, nós mulheres ficamos sempre as últimas da fila.

Lamentamos que isso aconteça nos dias de hoje. Lamentamos e esses são os desafios que temos.

Quando falamos da nossa fraca participação na política, além dessa questão cultural, patriarcal que essa questão de educação que tivemos, que falamos também da questão econômica, é o peso que carregamos de repente, não saber dar conta do recado, não desempenhar bem o nosso papel como legisladora, ou seja, no Poder Executivo.

Carregamos esse medo e ficamos pensando que de repente podemos não desenvolver, não responder à expectativa criada pela sociedade ou um determinado público que nos ajuda a colocar nossas companheiras no Poder Legislativo ou no Poder Executivo.

Isso é normal para o homem, ele não tem esse medo. Se errar, ele simplesmente errou. Se a mulher errar, a cobrança é muito maior. E ficamos com um sentimento de culpa que muitas vezes intimida e as mulheres não voltam nunca mais a participar da política, nem muito menos a querer participar do seu partido, participar de uma direção.

Vejo que precisamos ter presentes todos esses fatos neste momento, neste ano em que discutimos as eleições municipais, em que queremos aumentar a nossa representação feminina no Poder Executivo e no Poder Legislativo.

Queria concluir dizendo que dedico este 8 de março, homenagem que estamos aqui fazendo na Assembleia Legislativa, quero dedicar a todas as organizações que temos de mulheres e a todas as mulheres que participam dos movimentos, que participam da nossa sociedade, de uma forma geral.

Queria assim, com muito carinho, dedicar este 8 de março também ao Movimento de Mulheres Agricultoras, do qual eu nasci, do qual participei, antes mesmo de entrar na política. A minha participação, a minha vida era na Organização de Mulheres Agricultoras.

Batalhamos muito no final dos anos 80, para fazer valer a nossa profissão como agricultora na Constituição de 1988. Foram muitas manifestações, muitas idas a Brasília, muitas conversas com Deputados tentando convencer os homens de que era importante reconhecer a profissão da mulher agricultora e que ela também merecia ter salário maternidade, merecia ter uma aposentadoria.

Depois, mais tarde, em 1992, concorri para Vereadora também graças a Organização das Mulheres, porque defendi muito a participação das mulheres na política e eu que vivi um pouco a experiência, Deputada Rosane, que V. Exa. viveu aqui quando mencionou que foi a Deputada menos votada desta Casa.

Eu fui a Vereadora menos votada no município de Francisco Beltrão, entre 15 Vereadores. Sofri com isso. Acredito, pelo menos convivemos aqui uma amizade muito grande, mas na época, em 1992, 1993, sofri bastante com isto na Câmara de Vereadores, não pelo fato, simplesmente, de ser mulher. Era a primeira vez que no município tivemos mulheres na Câmara de Vereadores. Foram duas mulheres eleitas. Mas, pelo fato de ter sido eleita com poucos votos. Muitas vezes isto colocado, na Mesa, para nós, de que não representávamos quase ninguém no município, pela votação que fiz.

Graças a Deus, ao trabalho, graças às organizações, e de uma maneira especial dedico aqui à Organização de Mulheres Agricultoras. Eu busquei, consegui a reeleição e não sendo mais a última colocada dos 15, mas sim a terceira colocada dos mais votados, na minha reeleição para Vereadora, e hoje também consigo estar aqui nesta tribuna, falando e estando como Deputada Estadual.

Admiro que falo sempre que minha paixão e minha luta é pela organização das mulheres. Vou ter sempre isto presente, porque já tivemos muitos desafios, muitas lutas, muitas conquistas. Mas, ainda temos muito a fazer. Conseguimos, de uma maneira especial o que considero uma das coisas mais importantes: a Lei Maria da Penha. Sabemos de muitas e muitas companheiras que sofrem, que choram sozinhas, na calada da noite, enfrentam muitas dificuldades e, infelizmente, muitas vezes as pessoas não são punidas ou os companheiros cometem esta injustiça com nossas companheiras e não são punidos.

A Lei Maria da Penha vem de encontro a uma reivindicação das mulheres. Acredito que isto vai diminuir bastante a violência que ocorre com as mulheres. Acho que é uma grande conquista. Temos muito a comemorar.

Mas ainda temos a fazer para que possamos ter uma sociedade melhor, para que possamos ter este mundo de paz que as mulheres sonham, querem e que vão à luta para isso.

Muito obrigada a todas as Deputadas, Deputados e companheiras que aqui estão.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)**

Nós, Deputados, não poderíamos deixar passar este momento sem homenagear as Deputadas aqui da Assembléia Legislativa. Quero convidar os Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira e Dr. Batista, para que entreguemos um buquê de flores para nossas Deputadas, que além da competência para defender as causas do Paraná, iluminam nosso plenário com sua beleza, seu charme, com a inteligência e com a capacidade de fazer a boa política.

**(É procedida a entrega dos buquês de flores)  
(Procede-se a apresentação musical)**

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Vamos agradecer aos nossos colegas porque não estava no roteiro. Queremos agradecer também a presença do PMDB do estado do Paraná, representado aqui pela Malu, essa companheira, essa mulher guerreira que está sempre conosco. Malu, você é uma grande guerreira, defensora das mulheres. A Cidinha, sempre Prefeita de Iporã e que defende as mulheres como ninguém, você como Prefeita foi uma excepcional administradora e que está sempre na defesa dos direitos das mulheres e é uma grande companheira deste Parlamento Estadual. É um prazer tê-la conosco.

Quero também registrar a presença da Prefeita Nelize que acaba de chegar da cidade de Campina Grande do Sul, que faz a diferença naquela cidade, é uma Prefeita atuante e como ninguém é a nossa grande amiga desta Casa de Leis, e também está fazendo um excelente trabalho. Quero registrar mais uma vez o trabalho da Presidente Estadual do PT, a Gleisi Hoffmann, parabéns pela sua atuação, e como mulher e que preside o partido - é a primeira mulher a presidir esse partido - também está fazendo a diferença. Na sua trajetória que Deus possa te iluminar, dar força e garra para fazer a diferença junto na defesa dos direitos de todas nós mulheres. Agradecer também a presença da Vereadora do município de Pinhais, a Ivone de Carvalho dos Santos, que será também uma das nossas homenageadas na manhã de hoje.

Neste momento, vamos passar para o Grande Expediente e vamos conceder, portanto, a palavra a essa mulher valorosa, a essa mulher que luta na defesa dos direitos das mulheres, que é uma grande companheira nossa, grande amiga, a Elza Campos. Mas antes, enquanto a Elza se dirige à tribuna, vamos passar a palavra à 1ª Secretária, Deputada Rosane Ferreira, que vai fazer um breve relato da sua trajetória de vida.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Rosane Ferreira)**

Elza Maria Campos, Assistente Social formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em serviços sociais de comunidade pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná; Assistente Social da Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social; Coordenadora e professora do curso de Serviço Social da UNIBRASIL. Elza Campos participou dos movimentos que levaram à redemocratização do país, e no movimento sindical além de fundar o Sindicato de Assistentes Sociais, foi dirigente da Central Única dos Trabalhadores. É atuante na história do movimento de mulheres do Paraná. É da direção da União Brasileira de Mulheres, do Fórum Popular de Mulheres e Conselheira do Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

É isso, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Neste momento, antes que a nossa homenageada e palestrante desta manhã faça o seu pronunciamento, vamos homenagear algumas mulheres, e para isso solicitamos que a Deputada Rosane Ferreira proceda a entrega de um buquê de flores à Sra. Ivone Carvalho dos Santos - Vereadora do município de Pinhais, representando, neste ato, todas as mulheres que ocupam cargos eletivos.

**(É feita a entrega)**

Solicito à Deputada Beti Pavin para que proceda a entrega de um buquê de flores a Sra. Elza Maria Campos - Membro do Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

**(É feita a entrega)**

Portanto, a palavra está assegurada a V. Exa.

***Sra. Elza Campos - Conselho Estadual da Mulher***

**A SRA. ELZA CAMPOS**

Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar a Deputada Cida Borghetti que preside esta Sessão, companheira do Conselho Estadual da Mulher, das lutas das mulheres; a Deputada Rosane Ferreira - Presidente da Comissão de Direitos da Mulher e da Criança desta Casa e também foi uma das proponentes desta importante Sessão, em conjunto com as demais Deputadas desta Casa; a Deputada Luciana Rafagnin - Deputada Estadual pela 3ª Legislatura nesta Casa; a Deputada Beti Pavin - ex-Prefeita de Colombo, também conosco se soma nessa luta para que possamos mudar o quadro em que vivemos no Paraná e no país, da pouca participação da mulher na política parlamentar.

Queremos aqui também agradecer a presença dos Deputados, demonstrando a sua preocupação, a sensibilidade com as questões referentes à luta das mulheres.

Também quero cumprimentar todas as Vereadoras aqui presentes, as Prefeitas do nosso estado do Paraná, as Secretárias Municipais, em especial, as Secretárias Municipais e Coordenadoras de Política para Mulheres. E queria já aqui passar a informação que ontem tivemos o lançamento do segundo Plano Nacional de Política para Mulheres. Teve a importante participação do Presidente Lula e de vários Ministros nesta Sessão, demonstrando a importância que tem tomado a política pública para as mulheres no cenário brasileiro.

Quero, também, saudar a companheira Gleisi Hoffmann que, além de ser a primeira Presidente de partido político, é também uma companheira histórica do movimento de mulheres e teve um papel importante na administração pública, cumprindo com brilhantismo essas funções.

Queremos saudar a companheira Francisca, representante da CNBB; a Vereadora Ivone, que foi homenageada, companheira das nossas lutas no dia-a-dia; Dra. Ângela Costealdello, Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Paraná. Pouquíssimas mulheres ocupam essa função. Então, saudamos a sua presença, a sua luta, sua coragem. Queremos cumprimentar também a companheira Zagonel, que é responsável pelo Movimento “Nós podemos, Paraná - oito jeitos de mudar o mundo”, também é companheira do Conselho Estadual da Mulher. Queremos também saudar a Alaerte Leandro, que é companheira Presidente da Rede de Mulheres Negras. Saudamos todas as mulheres negras do nosso estado, do nosso país, em seu nome.

Também cumprimos todas as mulheres aqui presentes, companheiras da luta do dia-a-dia, companheiras do movimento popular, do movimento social, companheiras que dirigem órgãos públicos. Cumprimos também todas as trabalhadoras desta Casa. Quero também saudar a Antônia Passos, que é companheira coordenadora do Fórum Popular da Mulher que, em conjunto com as Deputadas, estão realizando este importante ato solene e dizer que, pela primeira vez, o Fórum Popular de Mulheres e a Assembleia Legislativa realizam, de forma unificada, esta campanha “Mulheres pelo espaço no poder - o outro olhar da mulher na política”, colocando a importância, a necessidade não só da participação das mulheres no espaço do poder, mas em particular os espaços Parlamentares.

Sabemos que esta campanha tem a mais alta relevância para o fortalecimento da democracia e da liberdade em nosso estado e em nosso país. A frase é conhecida, mas vale reiterar: sem participação política das mulheres não há democracia ou, dito de outro modo: a democracia sem a participação das mulheres fica pela metade. Neste sentido, o lançamento da campanha em

nosso estado, mulher e poder tem o mais alto significado e já queremos deixar gravado nesta Casa que neste ano em que a sociedade é chamada a exercer seu direito de voto, momento privilegiado para refletir sobre a importância da presença da mulher nos espaços de poder, em especial nos espaços das Câmaras de Vereadores e nas Prefeituras - é que o Fórum Popular de Mulheres e a Assembleia Legislativa, em nome das Deputadas desta Casa, lançam tão importante campanha. Precisamos ampliá-la para que agite cidadãs e cidadãos em todos os municípios paranaenses e isso também repercute pelo país afora.

**(Lê):**

“Agradeço a indicação do meu nome e a confiança em mim depositada para aqui dizer o quanto é caro para todas nós este momento. Espero poder representar as lideranças do movimento social e as Parlamentares que respaldaram nosso nome. Estamos novamente marcando o 8 de março - Dia Internacional da Mulher.

Queremos desde logo enaltecer que em 2008 vivenciamos os 100 anos de nascimento de Simone de Beauvoir, que contribuiu, em conjunto com diversas mulheres, na luta pela cidadania e pelos direitos das mulheres no geral. Ela é herdeira de uma tradição de engajamento nas causas femininas, radicada lá nos encrespados tempos da Revolução Francesa, quando mulheres como Olympe de Gouges, redigiram a Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne, de 1791, documento histórico, primeiro a reclamar abertamente os direitos iguais para homens e mulheres. Olympe de Gouges foi guilhotinada por apresentar essa declaração.

Renovar o compromisso de luta a cada 8 de março é visitar a nossa ancestralidade: o sacrifício de 125 operárias queimadas no incêndio de uma precária fábrica têxtil em Nova York, local de condições subumanas de trabalho, onde se reivindicava havia décadas a redução da jornada de trabalho e salários menos aviltantes.

Este ano, também um dos temas do 08 de março, encaminhado pela CUT - queria saudar a Regina, que está representando a CUT, aqui - é a redução da jornada de trabalho, entre outros movimentos que também estão lutando pela redução da jornada.

O movimento de mulheres e o movimento feminista fizeram do século XX o século da mulher, pelos imensos avanços conquistados, ainda que reste por trilhar um longo caminho até que a verdadeira democracia seja realidade, em que se verifique a efetiva participação de todas nas decisões da sociedade, para que a mulher possa ocupar em igualdade os espaços de representação na esfera pública.

Podemos, sim, reafirmar que no 20º século deu-se o nascimento social da mulher. Anteriormente não fazíamos parte da história oficial, pois o nosso espaço era apenas o privado. No caso do Brasil, somente em 1932,

há 76 anos apenas, passamos a ser detentoras da cidadania com o direito ao voto. Também podemos considerar que esse período é cenário de uma revolução silenciosa, dada a transformação operada pelo movimento social de libertação feminina.

Na verdade, não tem sido tão silenciosa nem tão incruenta como possam alguns identificar.

Em todo este movimento não faltou a arma da consciência política e da coragem cívica para enfrentar a mais forte, a mais permanente, a mais singular, a mais institucionalizada das opressões: a opressão de uma classe sobre outra classe. É preciso, pois, enxergar com a memória; escutar com o sentimento; apreender com a alma, o grito das mártires e o exemplo das heroínas como fonte de uma luta que se renova todo dia.

Não pretendemos, neste momento, apresentar os tantos dados que demonstram ainda o quanto precisamos avançar para ampliar a participação política das mulheres e para evidenciar que entre os mais pobres do planeta encontram-se as mulheres, e entre elas as mais pobres das mulheres estão as mulheres negras e índias.

A pobreza universal, agravada nos países periféricos, tem rosto, sexo e endereço, a violência, sutil ou ostensiva, cruel em qualquer hipótese, tem vítima com rosto, sexo e endereço; a discriminação de toda ordem, em especial, a exclusão política tem rosto, sexo e endereço: é a mulher de todas as extrações sociais, mas particularmente, de rosto negro, carência enormes, jogadas na margem do campo, das cidades e nas bordas da civilização.

Desejo chamar a atenção para um fenômeno específico que coloca a mulher na condição da mais flagrante inferioridade: refiro-me à presença e à participação da mulher na vida política.

A reduzida presença das mulheres na política representativa significa um comprometimento da democracia brasileira, com já afirmei anteriormente. As mulheres representam 51% da população, 42% da PEA, 51% do eleitorado, e não podem permanecer excluídas dos espaços de poder e de decisão sobre os rumos do país.

No mundo, conta-se nos dedos da mãos o número de mulheres como Chefes de Estado. Não poderíamos deixar de destacar a eleição de Michelle Bachelet, Presidente do Chile, em cuja posse afirmou que demonstrará que o país pode avançar sem perder a alma.

A pergunta é inevitável: a que ser deve a persistência de tamanha exclusão da mulher da vida política quando há uma positiva evolução de sua participação na vida social e econômica brasileira? Nos espaços de Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas, clubes de mães, programas de voluntariado, na Educação, na Saúde, somos 80%, mas na atividade parlamentar as mulheres não preenchem 10%.

Deve-se a uma cultura patriarcal que penetrou nas entranhas da nossa civilização, consagrando a inaptidão da mulher para um papel historicamente ativo, em especial, para a vida pública.

O discurso vem de longe.

A notável civilização grega declarava, através de Aristóteles: “A mulher está para o homem assim como os escravos estavam para o senhor; o masculino tem sempre uma relação dominante para com o feminino; a mulher cuida das coisas dentro da casa enquanto o homem cuida das coisas fora da casa; o silêncio é a graça da mulher”.

A ética judaico-cristã reforça em várias passagens a submissão da mulher ao homem: “Mulheres, subordinai-vos aos vossos maridos como ao Senhor” - Carta de Paulo aos Efésios e aos Coríntios.

Confesso que nas pesquisas que tenho feito sobre gênero, o texto que mais me causou impacto, ainda hoje editado na Europa, vem da obra de autoria do Frei Antonio de Fuentelapeña, Tratado de Monstros e Fantasmagorias (1676). O autor analisa e prognostica: “A mulher não atinge a perfeição do seu gerador, o homem. Logo, ela é mostro em certo sentido (...) O sexo masculino é mais perfeito do que imagina no dito de alguns, de que, na ressurreição, toda humanidade ressurgirá enquanto masculina”.

Mesmo em períodos de reviravolta criativa do pensamento humanos, como o iluminismo, houve predominância de visões rebaixadoras do papel e capacidade femininas. Rousseau, por exemplo em que pese todo o seu humanismo, entendia a presença da mulher na esfera pública não só como antinatural no sentido mais amplo como até mesmo constituindo um perigo para o funcionamento ordenado da sociedade. Para ele, as mulheres careciam de senso de justiça, escravas que são de paixões e desejos naturais.

Um dos mais influentes filósofos do século XIX, Hegel, assemelhava a mulher a um vegetal: assim, ele devia deitar raízes no lar, sendo marcadas pela sensibilidade; a vida pública é o lugar do ser masculino e a marca do homem é o pensamento. As mulheres, assevera Hegel, incapazes de atingir a totalidade da experiência social e política, deviam, por isto, estar fora da vida política e do estado.

Até mesmo a ciência, num certo momento, tentou buscar explicações para uma suposta inferioridade nata da mulher em relação ao homem.

Não surpreende, portanto, que, depois de tantos avanços conquistados pela luta, a mulher continue com uma reduzida participação na vida pública.

Desta forma, acredito que a maior contribuição que nossa geração pode emprestar à causa em respeito ao exemplo das nossas ancestrais, é não somente ampliar e fazer valer as conquistas sociais e garantir a igualdade, mas, também, assegurar o respeito pelas diferenças de gênero entre as pessoas.

No Brasil, a emancipação feminina teve como sua precursora e educadora Leolinda de Figueiredo Daltro, natural da Bahia. Exerceu o magistério em Goiás, onde trabalhou na catequese dos silvícolas. Concorreu como candidata a Constituinte no ano de 1993.

Se a hora é de reverenciar precursoras na batalha da participação política, vale lembrar Alzira Soriano, primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na América do Sul, em 1929 - antes mesmo do voto feminino ser consagrado em 1932 - como Prefeita de Lages, estado do Rio Grande do Norte, Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira representante feminina no Congresso - ainda em 1932 - e Berta Lutz a segunda, em 1934. Em 1950, a jovem de 22 anos Ivete Vargas chegou ao Parlamento Brasileiro. E, para homenagear todas as mulheres que se lançaram e se lançam no espaço hegemonizado por políticos homens, menciono em particular a primeira Deputada Estadual do Paraná, Iraci Ribeiro Viana, eleita em 1951, de a primeira Deputada Federal de nosso estado, Clair da Flora Martins, eleita somente no começo deste 3º, milênio.

Com o advento da Revolução de 30, novos ventos sopraram.

Em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira pela primeira vez, em âmbito nacional, votaria e seria votada, e caberia a primazia de ser eleita à médica paulista Carlota Pereira de Queiroz, primeira Deputada brasileira. Carlota havia se notabilizado como voluntária na assistência aos feridos durante a Revolução Constitucionalista. Seria reeleita em 1934. Ainda nessa legislatura tomaria posse a segunda Deputada brasileira, a bióloga e advogada Berta Lutz - tinha sido também a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro em 1919 - que assumiria a cadeira na Câmara Federal em julho de 1936, quando do falecimento de um Deputado. Uma representante classista, Almerinda Farias Gama, seria indicada pelo Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e pela Federação do Trabalho do Distrito Federal para a Câmara Federal.

No Senado Federal, a primeira mulher a ocupar uma cadeira foi Eunice Michiles, em 1979. Somente nas eleições de 03 de outubro de 1990 é que, por voto direto, as mulheres conquistariam seu lugar na Câmara Alta, quando foram eleitas Senadoras Júnia Marise e Marluce Pinto. No limiar do 3º milênio, mais que nunca se faz imprescindível e vital, no mundo e no Brasil, a ampliação da efetiva participação das mulheres na vida política, não apenas como eleitoras, mas principalmente como ocupantes eleitas de todos os cargos.

A conquista do voto, fruto de coragem, tenacidade e sacrifícios, já foi uma demonstração admirável do quanto podem e do quanto valem. O desempenho dos mandatos, embora ainda em número muito aquém do que a sociedade necessita, só tem revelado que as mulheres, acima da média dos homens, sabem tratar com capacidade, responsabilidade e amor a coisa pública.

No Brasil, o movimento feminista se consolidou em meados dos anos 70, com a criação de diversos grupos de mulheres. A partir daí, o ideário feminista se espalhou para outras esferas da sociedade civil organizada, como os movimentos comunitários e sindicais. Posterior-

mente, sua difusão ocorreu junto ao estado, e aos partidos políticos, ganhando o apoio e o reconhecimento da causa, ainda que a passos lentos.

No âmbito do estado, a partir de meados dos anos 80, criam-se instâncias no Poder Legislativo e no Poder Executivo para o enfrentamento das desigualdades e discriminações de gênero, mediante a elaboração de legislação e implementação de políticas públicas para mulheres com perspectiva de gênero. Surgem os Conselhos dos Direitos da Mulher, primeiros mecanismos institucionais em âmbito nacional, estadual e municipal, depois as Secretarias e Coordenadorias da Mulher. Mais recentemente, em 2007, foi realizada a II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, precedida de Conferências Estaduais e Plenárias Municipais, que produziu diretrizes para a elaboração e apresentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM). No Legislativo, são criadas Comissões de Mulheres, permanentes e transitórias, nas diversas esferas.

A participação das mulheres no âmbito da sociedade civil organizada é a menos problemática e este tem sido o âmbito privilegiado no trabalho político das mulheres. Por sua própria natureza, esta esfera encontra-se permanentemente aberta, acolhe melhor as coletividades e a participação de todas que desejem vincular-se a movimentos e associações de defesa de direitos e por melhores condições de vida e de trabalho.

Já no âmbito da política representativa, particularmente junto ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, as mulheres são espantosa minoria. Estes espaços, institucionalmente fechados e seletos, foram construídos historicamente como espaços de exclusão das mulheres - das mulheres brancas, e com muito mais vigor, das mulheres negras. A ocupação de postos no âmbito do Legislativo e do Executivo, como resultado de processos eleitorais ou de indicação presidencial, recaiu historicamente sobre os homens brancos e de classes abastadas. Estes espaços e posições são da maior relevância política, dado que definem os rumos do país, ainda que não de forma exclusiva. É desse lugar que as mulheres brancas e negras foram excluídas. É este lugar que elas estão buscando ocupar, e é este poder que estão querendo exercer no século XXI.

O âmbito da política partidária merece ser abordado separadamente, pela sua especificidade. Constitui-se como o meio exclusivo de acesso à política representativa junto ao estado. Somente através de partidos, cidadãos e cidadãs podem candidatar-se a postos no Legislativo e no Executivo. Nesta medida, os partidos deveriam constituir-se como espaços privilegiados de formação política e de apresentação e discussão de projetos de sociedade. No entanto, em geral estão longe de configurarem-se como instituições desta natureza e, comumente, colocam-se em ação apenas por ocasião dos processos eleitorais, que ocorrem a cada dois anos no Brasil. Os partidos são instituições masculinas, em

termos de sua direção, de seu funcionamento, de suas pautas. Embora as mulheres participem dos partidos, normalmente são excluídas de suas direções, e são preteridas no cotidiano partidário e nos processos eleitorais.

A partir desta crítica, mulheres militantes em partidos políticos começaram a se organizar e a criar Instâncias de Mulheres (Secretaria, Coordenação, Comissão) com os objetivos de avançar a pauta partidária em relação aos direitos das mulheres e ampliar a participação das mulheres nos partidos e nas eleições. Cerca de 13 partidos políticos constituíram Secretarias ou Comissões de Mulheres.

Em termos de desenvolvimento político, o grande desafio é que estas formas de ação política estejam em conexão, com suas múltiplas influências, pressões e convergências. Todas elas são expressões da democracia e do exercício da cidadania, e, articuladas, podem potencializar as mudanças rumo à construção da justiça social e da cidadania das mulheres, em toda a sua diversidade, em especial das mulheres em condições mais discriminadas.

A articulação dessas esferas não pode ser confundida com submissão ou absorção de umas pelas outras. É indispensável que a autonomia de cada uma - estado, movimento social e partido político - seja garantida e preservada para a sustentação e desenvolvimento da democracia. Os movimentos sociais e os partidos políticos, por sua própria diversidade, apontam para interesses plurais, e são ambos importantes linhas de interlocução com o estado e com a sociedade civil. Cabe ao estado, por sua vez - sendo único, embora não homogêneo em termos de composição política - garantir os direitos de todos(as) e colocar limites às ações de sujeitos individuais e coletivos, combatendo todos os tipos de abusos e discriminações.

A exclusão das mulheres da política representativa é um fenômeno mundial. Enquanto na primeira metade do século, na maioria dos países, as mulheres conquistaram o sufrágio, de direito e de fato, o direito de ser votada, até o final desse século, ainda não tinha sido conquistado, de fato, na grande maioria dos países.

Do início ao final do século XX as mulheres não conseguiram ocupar espaços de poder de uma forma mais significativa. Para se ter uma idéia de magnitude do problema, levanta-se alguns dados da atualidade. Segundo a Inter-Parliamentary Union, a média mundial de participação das mulheres nos Parlamentos, considerando 185 países, é de 16%. Apenas 19 países apresentam mais de 30% de mulheres na Câmara dos Deputados: Ruanda, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega, Cuba, Espanha, Costa Rica, Moçambique, Bélgica, Áustria, Argentina, África do Sul, Alemanha, Andorra, Iraque, Guiana e Islândia. O Brasil integra o grupo de países com o pior desempenho, menos de 10% na Câmara Federal.

Esta situação vem sendo reconhecida como uma precariedade do regime democrático, desde 1995, por ocasião da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Os países se comprometeram a adotar medidas visando promover a participação política das mulheres. Segundo a

organização intergovernamental International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), 85 países, em um total de 185 que possuem representação parlamentar, adotaram políticas de cotas por sexo ou cotas para mulheres em suas legislações - de caráter constitucional, em lei eleitoral, ou em legislação partidária.

O crescimento do número de mulheres eleitas para o Parlamento Federal, após a adoção política de cotas, tem sido ainda muito pequeno. Atualmente, a presença das mulheres no Congresso Nacional é de 44 Deputadas em 513 e de 9 Senadoras em 81, o que representa 8,6% e 11% respectivamente. A representação política em âmbito federal é a mais difícil para as mulheres, tendo em vista a profissionalização e o alto custo dessas candidaturas. As mulheres não se encontram em igualdade de condições para a disputa eleitoral: têm menos recursos financeiros; menos tempo para dedicação à prática política; menos tempo de vida pública; menos influência política; são preteridas em relação aos homens nos partidos, e enfrentam a cultura patriarcal de eleitores(as). Ou seja, estas condições profundamente desiguais dificultam a participação das mulheres na política.

As mulheres negras são ainda mais prejudicadas. Proporcionalmente às mulheres brancas, elas enfrentam taxas superiores de desemprego (13,6% x 10%). Recebem 50% da remuneração das mulheres brancas e concentram-se no trabalho doméstico, com direitos trabalhistas e previdenciários limitados, o qual absorve uma grande maioria de meninas afrodescendentes - que representam 73% e 80% do total de trabalhadores infantis domésticos nas regiões norte e nordeste, respectivamente. As mulheres negras constituem a maioria das chefes de família mulheres. As taxas de alfabetização e de escolaridade das mulheres negras são bem inferiores às das mulheres brancas (78% e 76% x 90% e 83%, respectivamente).

Elas têm menos histórias de vida pública, o que amplia suas desvantagens; são mais discriminadas nos partidos; e enfrentam preconceitos, discriminações e práticas racistas.

Além destes aspectos mais objetivos, é importante observar uma dimensão subjetiva, do imaginário, do desejo. Em meados dos anos 90, desencadeou-se a Campanha Mulheres sem Medo do Poder, visando conchamar as mulheres a participarem dos processos eleitorais. Medo, insegurança e baixa-estima são aspectos que precisam ser superados pelas mulheres, brancas e negras, para adentrarem o espaço da política representativa. A superação desse quadro se dá com o investimento na formação política e o estabelecimento de vínculos com os movimentos e organizações sociais, com a participação ativa nos partidos políticos e com o estabelecimento de alianças com outras mulheres - lideranças políticas, candidatas e eleitas - para a superação da solidão, do abuso e discriminação que as mulheres enfrentam na vida política.

Nas eleições municipais para a Câmara de Vereadores e para a Prefeitura, coloca-se em questão a eleição de representantes políticos que tenham uma maior vincu-

lação com os cidadãos e cidadãs e com os sujeitos políticos coletivos na comunidade. Nessa esfera, tende a ser mais fácil o acesso das mulheres a essas posições, no sentido de que a presença das mulheres e sua atuação na comunidade podem fazer um melhor contraponto à falta ou à precariedade de recursos financeiros e de influência política. Embora não se deva subestimar o fato de que a candidatura de mulheres tende a enfrentar uma cultura patriarcal mais arraigada em pequenos e médios municípios, a visibilidade e a efetividade do trabalho político das mulheres tendem a ser reconhecidas e valorizadas.

Apesar de o nível municipal se apresentar, em tese como um contexto mais acessível à participação política das mulheres, o resultado dessas eleições também tem reafirmado a predominância dos homens. Nas três eleições municipais que se processaram sob o sistema de cotas, 1996, 2000 e 2004 a ampliação da participação das mulheres foi pequena.

As eleições de 2004 reafirmaram a feição masculina dos Legislativos e Executivos Municipais em patamares pouco abaixo dos níveis verificados nas eleições federais. Assim, permanece o desafio político de se ampliar a participação das mulheres nos processos eleitorais e em posições de poder. Este desafio significa o aprofundamento da democracia representativa brasileira e está posto às instituições públicas e privadas, em especial aos partidos e às organizações de mulheres.

Análise do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, mostraram um quadro preocupante: a média nacional de candidatas a Vereadora nas eleições de 2004 foi de 22% e nenhum partido, em nenhuma unidade da federação totalizou 30% de candidatas. Nestas eleições foram eleitas apenas 6 mil 555 Vereadoras - 12,6% do total - sendo que o aumento percentual de Vereadoras em relação às eleições de 2000 foi somente de 1%. Quanto às Prefeituras, a média nacional de candidatas foi de 9,5%. Nas eleições de 2004, foram eleitas 418 Prefeitas, representando 7,5% do total de eleitos (as). O aumento percentual de Prefeitas em relação às eleições de 2000 foi de 1,8%.

Estudos do pesquisador professor José Eustáquio Diniz Alves oferecem informações bastante interessantes que expressam o tamanho das dificuldades: embora mulheres tenham se candidatado ao cargo de Vereadora em praticamente todos os municípios, 29% das Câmaras de Vereadores de todo o país são compostas exclusivamente por homens; e apenas 10% do total têm uma composição de pelo menos 30% de mulheres.

No que se refere ao Executivo, o autor constatou que em 75% dos municípios nenhum partido indicou uma mulher para concorrer ao cargo majoritário, ou seja, mulheres concorreram em apenas 25% dos 5 mil 559 municípios, tendo sido eleitas Prefeitas em 7,5% deles.

Este cenário exige profundas reflexões e mudanças.

No que se refere ao quesito raça/cor/etnia, não se têm informações sobre os/as candidatos/as e eleitos/as no

país. A ficha apresentada pelo TSE não inclui este quesito impedindo o conhecimento sobre a composição das Câmaras e das Prefeituras brasileiras. É importante lembrar que o quesito sexo só foi incluído na ficha de candidatos/as a partir das eleições de 1998, e depois de muita pressão dos movimentos de mulheres e o apoio da Bancada Feminina no Congresso Nacional. A inclusão deste quesito foi muito importante à medida que existem muitos nomes dúbios quanto ao gênero, impedindo o monitoramento da política de cotas no país.

Diante da reduzida participação das mulheres também no âmbito local, é fundamental a criação de organismos de defesa dos direitos das mulheres e de promoção da igualdade racial nos municípios, com a participação de organizações de mulheres e da sociedade civil.

Tanto no que se refere às políticas públicas para mulheres como às de Promoção da Igualdade Racial é fundamental a defesa de recursos públicos, dado que estas políticas só se viabilizam com alocação de recursos substantivos, em programas e projetos, e sua execução orçamentária. Paralelamente, é necessário realizar o controle social das ações e dos recursos públicos, visando que as políticas públicas possam atender às demandas sociais e cumprir objetivos e compromissos assumidos.

Queremos, por fim, levantar alguns elementos que podem favorecer o envolvimento das mulheres com a política, em especial a política representativa e, como desdobramento, a política partidária.

O primeiro elemento indispensável a uma atuação política, em qualquer de suas modalidades, refere-se à disponibilidade de tempo para a busca de informação e de formação política; a organização e planejamento do trabalho político; a articulação com outras lideranças e organizações; e para a mobilização e participação em eventos e iniciativas.

Assim, é preciso que as diversas atividades domésticas e de cuidado com as crianças, que hoje recaem sobre as mulheres, sejam repartidas: por um lado, com os parceiros e demais pessoas adultas que coabitam; e, por outro, com o estado, que deve propiciar educação infantil para crianças e 0-6 anos, e pode também promover a educação informal para crianças e adolescentes no ensino fundamental, além da implantação de equipamentos de infra-estrutura doméstica, como restaurantes e lavanderias públicos.

Como um segundo elemento, é importante destacar o desejo, o gosto pela ação política. Isto se desenvolve no trabalho conjunto, no compartilhamento dos projetos, das esperanças, das conquistas, mas também das privações e frustrações. Assim, é preciso tirar satisfação do próprio processo de luta, do encontro com os (as) companheiros (as) da oportunidade para a ampliação de nossas capacidades, antes mesmo de termos bons resultados, até porque nem sempre as conquistas são o que esperávamos, sem contar que muitas vezes, podemos ter perdas significativas. Assim, é preciso promover o desejo e desenvolver o gosto por esta prática coletiva, em qualquer de suas modalidades, as quais, embora não sejam

garantia, são indispensáveis para a construção de uma sociedade democrática, socialmente justa e baseada num desenvolvimento sustentado.

Tempo e desejo são suficientes para a participação política no âmbito da sociedade civil e, mesmo, no âmbito da política partidária. No entanto, para a participação no âmbito da política representativa, este não é o caso.

A pretensão de concorrer a cargos e mandatos passa por processos eleitorais, e hoje, no Brasil, o financiamento de campanhas é privado. Assim, os (as) candidatos (as) - os quais representam projetos políticos, consciente ou inconscientemente - que congregam maiores recursos financeiros e influências políticas já estão melhor posicionados nesta disputa. Os detentores de poder econômico e social disparam na frente antes de ser dado o tiro de largada, o que configura evidente desigualdade de condições nessa disputa.

Também o fato de o sistema de votação ser individual, no nome do candidato ou candidata, favorece o personalismo em detrimento do programa e propostas dos partidos políticos.

A legislação de cotas por sexo atualmente em vigor refere-se à reserva de vagas de candidaturas e não de cadeiras no Parlamento. Na maioria dos países, diferentemente do que ocorre no Brasil, vigora a lista pré-ordenada de candidaturas, apresentada pelo partido, o que esvazia as competições intrapartidárias.

Medidas afirmativas orientam os partidos a combater o preconceito e a discriminação contra as mulheres e em particular contra as mulheres negras, promovendo a valorização do trabalho político das mulheres e a democratização da política partidária. As políticas afirmativas, em seu sentido mais profundo, de redistribuição - de poder, mas também de renda, de terra, de meios de comunicação - e é exatamente por isso que são polêmicos, são valorosas não apenas para os subgrupos a que se destinam, mas, sobretudo, à sociedade brasileira, por aludir a possibilidade de construção de uma nova sociedade, mais justa e fraterna.

Além de pensarmos uma reforma política que democratize os processos eleitorais e as instituições partidárias, possibilitando a inclusão de segmentos socialmente excluídos, como mulheres, afrodescendentes e jovens, é muito importante proceder à regulamentação dos processos de participação direta, conquistados na Constituição Federal de 1988: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Concluindo, a meta maior é a democratização da política no espaço (práticas e conteúdos) em suas diversas modalidades: participativa, representativa e partidária. Para tanto, é indispensável a participação das mulheres, em toda a sua diversidade, e a incorporação de plataformas dos direitos das mulheres, da população afrodescendentes e indígena, das crianças e adolescentes, jovens e população idosa, das pessoas com deficiência, bem como a defesa da livre orientação e expressão

sexual, da integridade física e da saúde mental, e dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais de todos os grupos sociais.

Nesse sentido, queremos concluir a nossa reflexão difundindo uma bandeira criada por movimentos de mulheres brasileiras: "lugar de mulher é na política". Combatendo o sexismo, o racismo, o preconceito, a homofobia, a violência, a pobreza, a privatização do estado, das ações e recursos públicos, enfim, combatendo todas as formas de discriminação, desigualdade e abuso e lutando pela construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária.

Finalmente, neste mundo que envolve sentimento e equilíbrio de forças, o que queremos?

Queremos capacitar nossas mulheres através de escolas de formação política suprapartidárias para que se conscientizem, se mobilizem e formem lideranças femininas sob a coordenação do movimento organizado de mulheres e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Queremos parceria com a Assembléia Legislativa para manter programa semanal na TV SINAL, abordando a questão de gênero.

Queremos debater no interior dos partidos o uso da lei de cotas.

Queremos, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral, espaços nos horários gratuitos, nos meios de comunicação com programas sobre a importância da presença da mulher na vida pública brasileira.

Precisamos juntas fortalecer e apoiar a participação da mulher desde sua comunidade, nos movimentos de mulheres, nos bairros, nas associações de classe, nos sindicatos, nos partidos políticos, na magistratura, no Ministério Público, para corrigir as desigualdades sociais geradas a partir de um modelo econômico injusto.

Como agentes históricos carregamos, inconformadas, pedaços de mãe-branca, reclusa, silenciosa, submetida a deveres impostos a que respondeu com a força estruturadora do núcleo familiar; pedaços de mãe-índia, jogada na lavoura, submetida a trabalhos forçados, a que respondeu matando a fome do seu senhor; pedaços da mãe-negra, que, por conta do pecado da cor, pagou aos seus algozes com a linha negra do leite coagulando-se sem doçura; as rezas à luz do azeite; o sexo na cama escura.

Como agentes históricos, somos mestiças que não de se enternecer sem perder a dureza jamais. Não olharemos o dia, o mundo, a liberdade, debruçadas no parapeito das janelas.

Como agentes históricos fomos, e continuaremos a ir às ruas e praças, à competição que vai muito além da luta pela emancipação, pelas conquistas pontuais, para se constituir um processo político de libertação da mulher que busca afirmar as diferenças, assumir a alteridade, eleger novos valores sociais, tendo como fundamento os princípios democráticos da liberdade, da igualdade e da participação".



A todas as mulheres, a todos os homens aqui presentes, deixo esta mensagem de reflexão mas também de esperança e carinho pelo sonho irreprimível de um mundo novo liberto de toda opressão, pleno de justiça, democracia e bem-estar para todas as pessoas.

Vivas ao 8 de março e vivas às mulheres! Vivas ao povo brasileiro! Vivas ao Brasil!

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Neste momento, solicito à Deputada Luciana Rafagnin para que proceda à entrega de um buquê de flores à Sra. Ângela Cássia Costaldello, Procuradora Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Uma homenagem também a todas as demais mulheres.

**(Breve apresentação musical:  
Pela Luz dos Olhos Teus).**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Esta presidência deseja expressar o seu maior profundo agradecimento pela presença das autoridades, bem como dos demais convidados que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense. Convidamos os presentes para visitar a exposição da artista plástica Marina Solda, no espaço cultural, suspendendo portanto a Sessão por cinco minutos. Antes, porém, pela ordem, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Presidente Cida Borghetti, Deputada Rosane Deputada Beti, Deputada Luciana, mulheres aqui presentes. Em nome do nosso Chefe maior do nosso partido, Partido Progressista, queremos também dirigir uma palavra, primeiro ao Presidente Nelson Justus, que tem sido um Presidente de visão moderna, e que tem aberto mão até da prerrogativa de presidir as sessões em se tratando de uma homenagem às mulheres, e tem delegado a tarefa. Parabéns, Nelson Justus.

Deputada Cida Borghetti, saudando a mulher no seu dia internacional, reafirmar o discurso que fizemos ontem da tribuna em que acho que esta na hora de parar com as poesias sobre a mulher, é tudo bonito, poemas, mas tem coisas aí que exigem ações concretas, como a que nós falamos ontem.

Hoje eu captei pela internet uma pesquisa feita na Europa, dizendo que neste momento os homens estão procurando, para casar, mulheres que são boas de fogão, que sabem cozinhar bem. Aí vem aquela história, Cida Borghetti, mas será que está querendo uma companheira para compartilhar as suas alegrias, suas tristezas, seus projetos, ou ele está querendo apenas uma mulher para cuidar do fogão, cuidar da casa, como se fosse uma doméstica?

E segundo, para terminar que possamos, quem sabe no ano que vem, quem estiver com vida e saúde, poder de fato comemorar o reconhecimento do Poder

Público às mulheres com o projeto que está tramitando no Senado Federal para dar aposentadoria para a dona de casa, para não ficar submissa e escrava do marido.

Muito obrigado!

A SRA. CIDA BORGHETTI

Convido o Exmo. Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, que assuma a presidência desta Sessão.

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

**(Reaberta a Sessão)**

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno e o Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDT.

**(Declina)**

No horário da Liderança do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

## ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Quero aproveitar o horário do PPS, em nome dos Deputados do nosso bloco, e fazer aqui um registro, uma homenagem às mulheres. Tivemos já uma grande homenagem às nossas Deputadas, várias Líderes comunitárias, mulheres aqui presentes, mas gostaríamos de deixar esse registro para que possamos fazer todos uma reflexão.

O Brasil, hoje, é o 146º país no ranking de mulheres no Parlamento. Na América Latina, só Colômbia e Haiti têm proporção menor de mulheres Deputadas. Como eu disse, o Brasil ocupa a 146ª posição no ranking sobre a participação de mulheres nos Parlamentos em 192 países do mundo. Esses dados foram divulgados pela organização internacional União Interparlamentar, com sede em Genebra, na Suíça.

O ranking que considera os Parlamentos Unicamerais ou as Câmaras Baixas nos demais países mostra ainda que, na América Latina, o Brasil fica apenas à frente de Haiti e Colômbia, no que se refere à proporção de mulheres Deputadas. Segundo os cálculos da organização, baseados nos dados de 1º de janeiro deste ano, a Câmara dos Deputados do Brasil conta com 9% de mulheres, 46 dos 513 Deputados. São 513 Deputados ao todo e 46 são mulheres. Essa proporção é mais baixa do que todas as médias por regiões calculadas pela União Interparlamentar, incluindo os países árabes com média de 9,6%. Nas Américas, a média é de 20,7%, enquanto a média mundial ficou em 17,9%.

O Brasil tem uma situação um pouco melhor no Senado, com 10 mulheres entre os 81 Senadores. Por-

tanto, 12,3% do total, porém, os números do Senado não foram considerados para o cálculo do ranking, já que muitos países não têm uma Câmara Alta do Parlamento.

Vamos falar agora de leis. O ranking de mulheres no Parlamento é liderado por Ruanda, 48,8% de mulheres Deputadas em Ruanda; seguida da Suécia, que é 47%; Finlândia, com 41,5% e Argentina com 40%. Muitos dos países que lideram o ranking têm leis que garantem uma representação alta de mulheres no Parlamento ao exigir, por exemplo, uma cota mínima nas listas partidárias.

A União Interparlamentar observa que a média mundial vem registrando melhoras ano a ano, mas adverte que ainda é necessária uma melhoria significativa para garantir uma representação efetiva das mulheres no Parlamento. “Neste ritmo não conseguiríamos atingir a paridade entre os sexos nos Paramentos antes de 2050, se for continuar assim”, conforme diz o Anders B. Johnson, que é o Secretário Geral dessa organização. Apenas 20 países em todo o mundo têm mais de 30% de mulheres entre seus Deputados.

E se nós pensarmos no Executivo? No Ministério? Em segundo, no ranking preparado pela União Interparlamentar, considerando a proporção de mulheres no gabinete, o Brasil também ficou entre os piores, na 115ª colocação entre os 192 países. Então, não é só na eleição não. É que, também, depois, aqueles que se elegem nomeiam poucas mulheres para o trabalho da administração. O país tinha quatro mulheres entre seus 35 Ministros. Então, vamos pegar o exemplo do Brasil do Governo Lula. Quantos Ministros nós temos? Só quatro eram mulheres, 11,4%, quando os dados do ranking foram coletados, ainda antes da substituição de Matilde Ribeiro por Edson Santos. Tiraram a Matilde Ribeiro, que era Ministra da Igualdade Social, e colocaram um homem.

O ranking de mulheres no gabinete é liderado pela Finlândia, 57%; seguido da Noruega, 55,6%; Granada, 50% e Suécia, 47,6%. Entre os países latino-americanos, a posição do Brasil no ranking é superior apenas à Guatemala, que é 6,7% de mulheres no gabinete; e o Haiti, 11,1%. Apenas 22 países têm mais de 30% de mulheres em seus gabinetes ministeriais, sendo 12 deles na Europa e seis na América Latina ou no Caribe.

O relatório da Organização Internacional também destaca que apenas 11 países no mundo tem uma mulher como Chefe de Estado ou de Governo. Em alguns países, ambas as funções estão concentradas no mesmo cargo. A União Parlamentar, fundada em 1889, é uma organização que reúne Paramentos de todo o mundo. Atualmente, Paramentos de mais de 140 países estão associados à organização. Como pudemos observar com esses dados, as mulheres estão participando da política, fazendo um trabalho forte, não só na eleição, porque na eleição a população decide pelo voto, quem eles querem que participe. Às vezes há mulheres que se elegem e depois não dão apoio às mulheres, para trabalhar no processo para ajudar a administração.

Estamos fazendo essa homenagem e essa reflexão. O nosso partido PPS tem procurado incentivar ativamente a participação das mulheres. Temos o Núcleo das Mulheres que participam em todas as instâncias partidárias, à atuação municipal, ou estadual, ou nacional. A Assembléia tem quatro mulheres, que estão fazendo um excelente trabalho.

Vamos conceder um aparte a uma delas, Deputada Rosane Ferreira, por gentileza.

#### **A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Parabenizar e agradecer as palavras do Deputado Douglas Fabrício, que abrilhantaram ainda mais o dia de hoje.

Nos países que o senhor citou e com expressão na participação feminina, podemos também colocar que são os países que têm no ranking os menores números de corrupção, o que vem ainda reforçar a importância dessa participação. Parabeno também o Deputado Douglas Fabrício por sua atuação nesta Casa de Leis.

Muito obrigada!

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Obrigado, Deputada Rosane.

Finalizar, parabenizando esta semana. Sábado será o Dia Internacional das Mulheres. Essa homenagem feita hoje pela Assembléia Legislativa está de parabéns, assim como os Deputados e a direção da Casa. Precisamos incentivar cada vez mais a participação das mulheres e àquelas que se elejam também pensem nas mulheres. Para isso precisamos investir muito na qualificação, na capacitação, na educação e na formação de bons cidadãos, para que possamos ter melhores dias de desenvolvimento no nosso país.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Bloco PR/PTB. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é um dia de linda homenagem às mulheres, aqui.

Quero prestar uma homenagem também ao nosso estimado “Tribunal Faz de Conta”, de exceção, aqui ao lado. Tem Conselheiros que adoram viajar, às vezes para ver corrida de cavalo.

Eu estava vendo aqui a Assembléia entregar flores para as mulheres. Isso é bonito. Estava me lembrando, que em tempos atrás vi um Prefeito ter que devolver dinheiro porque comprou flores para também homenagear as mulheres. Tem que cuidar para o “Tribunal Faz de

Conta”, aqui do lado, não querer cobrar desta Presidência as flores que hoje foram dadas para as mulheres. Já vi Câmara de Vereadores, o Presidente ter que devolver dinheiro porque mandou flores. Mas, Faz de Conta não faz nada. Mas, o que é, Deputado Edson, um Tribunal de Exceção? O que é um “Tribunal Faz de Conta”? É aquele que, quando quer e interessa a ele, excede, por isso que ele é de exceção. Ele é de exceção e faz de conta quando ele trata de maneira diferente casos iguais, excede de novo.

Tem um ditado que diz: quando quer...ferra. Aprova quando faz parte do jogo, só com ressalvas. Quando é um amigo, aprova-se e daí coloca-se uma vírgula, com ressalvas, ou alguém que é do Governo, um “tubarão” no comando, aprova-se com ressalvas. Quando é um Prefeito pobre, do interior, eles dizem: desaprovado, encaminhe-se ao Ministério Público. Tem momento que esse Tribunal de Exceção, quando quer, aprova tudo, até o que já desaprovou. Serve de instrumento de negociação - boa essa frase - é usado até para as eleições. Usa-se a estrutura para eleger Líderes, e aí de quem não ajudar na eleição, as contas são reprovadas. Usa o ferro quente contra os políticos mais simples, mas paparica, negocia, faz de conta que deu certo para um político “tubarão”, ou é amigo dos amigos. São verdadeiras raposas cuidando do galinheiro - palavra popular.

Comete crimes, Srs. Deputados, comete mais crimes, que muitos às vezes eles julgam que são errados por parte de agentes públicos. Colabora com o turismo quando possibilita um membro da alta corte a viajar internacionalmente, e que no final do evento dá para ver uma corridinha de cavalos, em Paris. Tem dois pesos e duas medidas. E dizem que lá por dentro ainda tem uma lenda que diz que, bem conversadinho, se faz ou não uma auditoria, depende da conversa. Esse é o Tribunal de Exceção, o “Tribunal do Faz de Conta”, e que a partir de hoje eu estarei mostrando alguns dados que coletei.

Ao longo dos anos, venho pesquisando, venho guardando documentos, venho guardando instrumentos que possam embasar tudo o que estou falando, venho juntando decisões, venho buscando números, venho comparando julgamentos, venho buscando dados que mostram quando um político pede, até uma conta de um Prefeito ladrão se aprova. Quando tem alguém influente, aquele que roubou, não roubou mais, aprova-se as contas com ressalvas. Esse é o Tribunal que chamamos de Exceção e que, infelizmente, as nomeações são políticas e temos que nos submeter a isso por aqui, infelizmente.

Se você olhar, tem nos quadros daquele tribunal pessoas que desfalcaram o Paraná. Estão a julgar as contas de pessoas que não merecem.

Vamos tocar nesse assunto a partir de hoje. Vamos comparar, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. que foi Vereador, que votou as contas do ex-Prefeito Taniguchi. Vamos comparar as contas com as dos outros Prefeitos. Vamos saber que uma Câmara ou um Tribunal aprova com ressalvas as contas de um Prefeito que usou a

merenda escolar, na prestação de contas. Isso é crime previsto em lei. Vamos analisar porque é que um Tribunal aprova as contas de um Governador, durante oito anos, por não cumprir os 25% da Educação. E, reprovam no mesmo critério contas de Prefeitos que gastaram a mais, mais que a covardia de alguns, gozou as devidas contas. Vamos comparar o Tribunal que se diz livre, correto e que aprova as contas do atual Governador. O atual Governador também não cumpriu os 25% da Educação em 2003 e as contas foram aprovadas por esta Casa. Eu não estava aqui naquele dia, mas as contas foram aprovadas. Mesmo que naquele dia se aprovou também uma quantia do Jaime Lerner. Claro, aprova-se do Requião e, de lambuja, se aprova uma também do querido Jaime Lerner.

Enfim, essa não é uma história, são momentos que o Paraná vive e que alguém tem que ter coragem de falar. Nem que custe o pescoço, o mandato e até a vida se for preciso, mas alguém precisa ter coragem de mostrar o que acontece em alguns Poderes deste Paraná, que é acobertado muitas vezes pela imprensa, que age de forma covarde, é acobertado por outros Poderes, mas é preciso que o cidadão deste Paraná conheça um pouco mais daquilo que estou falando.

É preciso ver a prestação de contas, é preciso ver o quanto cada um tem, ou o quanto cada um tinha quando chegou, e quanto tem hoje. Porque de nós é exigida uma prestação de quanto têm na receita, quanto tinha antes de ser político, e quanto tem depois de ser político. É preciso ver essas rendas por aí. Teve gente que chegou pequeninho, chegou peixinho e hoje é tubarão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PRB/PV.

(**Declina**)

Democrata, Deputado Plauto Miró.

### ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu pediria ao Líder do Governo para dar uma atenção ao nosso pronunciamento, porque é um problema que existe no estado do Paraná e, ao mesmo tempo, vou pedir no final desse pronunciamento a colaboração, para tentar sanar e resolver um problema que existe numa grande empresa do estado do Paraná, que neste momento, ela vive um sério problema. A empresa é a Norske, empresa instalada lá no município de Jaguariaíva, produtora de papel, e essa empresa tem um projeto de ampliação, dobrando a sua capacidade de produção, um investimento de mais de US\$ 300 milhões. É um projeto que ela vinha desenvolvendo, algumas máquinas já foram importadas e compradas pela empresa Norske.

Norske é uma empresa e, naturalmente, chegou ao ponto do Vice-Presidente de Relações Externas da

empresa dizer que eles pararam de investir, que eles vão parar o projeto da implantação da segunda máquina de papel, que dobraria a produção de papel e, naturalmente, centenas de novos empregos iriam ser gerados e mais ICMS para os cofres do estado do Paraná nós veríamos entrar.

Naturalmente, dentro dessa posição do Vice-Presidente de Relações Exteriores, que se chama Afonso e que é o Noronha, venho a essa tribuna para marcar aqui essa posição que é pública da empresa, e ao mesmo tempo pedir ao Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, de que juntos possamos intervir para tentar buscar um entendimento para poder ajudar a empresa.

Ela aponta que três problemas fizeram com que ela segurasse o projeto. Um dos problemas é o câmbio. A valorização do real perante o dólar. Isso está dificultando a ampliação da sua empresa.

Outra questão é o aumento das prestadoras de serviço dentro do nosso país.

Mas o principal ponto que ele pauta é a impossibilidade de transferir os créditos de ICMS para terceiros.

É uma questão tributária entre os problemas da Norske. E quero pedir e vi no decorrer deste semana ser levantado os problemas da guerra fiscal dentro da nossa federação.

Dentro dessa situação, o Secretário Heron Arzua foi convidado para discutir esse problema na Assembléia Legislativa. E aqui quero pedir o apoio de todos os Deputados, da presidência desta Casa, para que nesse dia que o Secretário aqui estiver, discutirmos a questão da Norske, para que possamos tentar buscar uma solução, que ela possa rever a situação do investimento que pretende fazer no município de Jaguariaíva.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Ouçõ com atenção e preocupação o seu comunicado em relação à suspensão da instalação da máquina 2 da Norske, em Jaguariaíva. Claro, não deve ter sido uma decisão fácil para a direção da empresa tomar e fazer essa medida. Uma medida extrema e de elevada preocupação.

Os pontos apontados são pontos preocupantes. Deve influir a questão da taxa cambial, influir a questão que envolve os próprios custos da empresa e também do ICMS. A vinda do Secretário Heron Arzua poderá nos ajudar a desvendar esse tema.

Uma coisa posso lhe dizer: a informação que tenho é que ela deve ter um crédito de aproximadamente R\$ 100 milhões de ICMS. E esse ICMS se tornou crédito para ela a partir de uma lei que foi aprovada no Congresso Nacional.

Na verdade, desoneraram do pagamento do ICMS o papel produzido pela Norske e mandaram a conta para que o Paraná pagasse essa conta.

Entendo que não temos como pagar esse ICMS. Na verdade, quem pode explicar melhor é o Secretário Heron Arzua. Agora, me lembro bem que V. Exa. estava numa reunião aqui quando o Presidente Aníbal Khury

convocou o Secretário Miguel Salomão, que negociava com o Governo Federal a aprovação da Lei Kandir. Ele sempre disse: “A Lei Kandir tem que ser um instrumento que se faça compensação automática”. Em relação a tudo o que se desonere ICMS para o estado poder, de fato, pagar.

Estou dizendo isso a V. Exa. porque acho que o tema é importante da forma como V. Exa. está abordando, mas temos que ir a fundo nisso, esclarecer esse tema, até para que possamos tomar as providências para garantir esse investimento no Paraná. E a vinda do Secretário, no próximo dia 12 às 11h, para conversar com os empresários do setor de vestuário, é um momento bom para que possamos fazer essa indagação. V. Exa. poderia buscar maiores subsídios em relação ao tema. Claro, não tenho dúvidas que o Secretário poderá nos esclarecer e até se for o caso dar um encaminhamento sobre isso.

O tema que V. Exa. coloca é muito relevante e importante.

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)**

Quero dizer que não conheço com uma maior profundidade a questão Norske e a questão tributária, mas vou me informar. E quero, no dia em que o Secretário Heron Arzua aqui estiver, trazer este tema para discussão, para que possamos discutir e tentar buscar um caminho para que a Norske possa fazer este investimento de mais de US\$ 300 milhões e gerando mais empregos naquela região de Jaguariaíva e também gerando riquezas para o nosso estado. É mais ICMS nos cofres do Governo do Estado do Paraná e mais dinheiro para as Prefeituras, mais obras nos municípios paranaenses.

Agradeço sua posição, à Mesa e a todos. Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedemos a palavra ao Deputado Ney Leprevost.

### ***Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost***

#### **O SR. NEY LEPREVOST**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Em primeiro lugar quero cumprimentar nesta data, as mulheres, pelo seu dia, que é dia 8, próximo sábado, mas a comemoração está sendo hoje aqui na Assembléia Legislativa. E não posso deixar de parabenizar minhas colegas, Deputadas Cida Borghetti, Rosane Ferreira, Beti Pavin e Luciana Rafagnin.

Quero aproveitar o ensejo para lembrar algumas mulheres que ajudaram ou ajudam a comunidade curitibana, paranaense e brasileira. Dona Niva Khury, que foi Presidente da Associação das Senhoras dos Deputados Estaduais por muitos anos e que fez da sua vida uma causa dedicada à caridade. Graças ao trabalho da Dona Niva pelos hospitais, pelas instituições filantrópicas aqui

de Curitiba, ela teve reconhecido o seu mérito, recebendo o título de Cidadã Honorária de Curitiba, que na época eu tive a honra de entregar, em um evento onde mais de duas mil pessoas compareceram.

Quero lembrar da grande poetisa curitibana, Helena Kolody, cujas palavras são tão citadas pelo Deputado Nelson Justus nos seus discursos: “Deus dá a cada pessoa, quando nasce, uma estrela; umas fazem dela o sol, outras jamais conseguem vê-la”.

Lembrar Dona Zilda Arns, da Pastoral da Criança, que faz um trabalho maravilhoso. Lembrar Dona Janice, Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que trabalha pelos doentes do Hospital Erasto Gaertner. E a ex-Presidente da Rede de Combate ao Câncer, já falecida, a Zurita Medeiros. Quero lembrar a Irmã Glacy, freira que trabalha voluntária e humildemente no Hospital de Clínicas. O melhor projeto que apresentei ao longo da minha estada na Câmara Municipal de Curitiba, como Vereador, foi por inspiração da Irmã Glacy. É dela a idéia da linha de ônibus inter-hospitais, o primeiro ônibus do Brasil adaptado para pessoas com deficiência e que atendem os pacientes que chegam do interior do Paraná, que transporta esses pacientes da rodoviária até os principais centros de saúde da capital do Paraná. O projeto foi meu, mas a idéia foi dessa pessoa humilde, solidária, dedicada, Irmã Glacy.

Por fim, quero lembrar, no Dia Internacional da Mulher, da mulher que me fez gostar de política, no sentido aristotélico de política, como arte do bem comum, que foi minha falecida avó, Dona Maria Cândida Fanchin Abhrão, uma pessoa simples, vinda do interior do Paraná, da cidade de Pirai do Sul, mas que dedicou sua vida ao Instituto Paranaense de Cegos e ajuda ao Hospital Erasto Gaertner, à Associação Rita de Cássia e a tantas outras causas sociais.

Parabéns a todas as mulheres que são a luz, são a lanterna, são o holofote que ilumina a vida dos homens, esposos, filhos, netos, e sem dúvida alguma, se não fosse esse amor e essa solidariedade que as mulheres ensinam a nós, homens, que agimos mais com a razão e muitas vezes menos com o coração, talvez o mundo não estivesse evoluindo e talvez não pudéssemos sonhar com mais justiça, mais qualidade de vida, mais fraternidade e mais humanidade para o nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, quero registrar que hoje está acontecendo em Curitiba o 1º Encontro Nacional dos Conselhos Regionais de Medicina, e estão reunidos aqui na nossa cidade médicos de todo o Brasil, que vieram debater evidentemente vários assuntos importantes de interesse da classe médica e também da população em geral, principalmente dos pacientes. Mas existem algumas reivindicações da classe médica, algumas reivindicações que nós precisamos ajudar os médicos nessa luta. Uma delas é pela criação de um plano de Cargos, Carreiras e Salários para os médicos, Deputado Felipe Lucas. A outra é a regulamentação da Emenda Constitucional nº 029, para que os Governos Estaduais e os Governos

Municipais invistam o mínimo previsto por lei na área da Saúde. E evidentemente que a grande reivindicação é o aumento dos repasses do SUS, já que a situação da Saúde Pública no Paraná, aliás, em todo o Brasil, é realmente bastante delicada e bastante difícil.

Aproveitando este ensejo, quero comunicar que estou convidando, não convocando, mas convidando, porque ele sempre atendeu os nossos convites - espero que atenda desta vez e que não seja necessária uma convocação - estou convidando o Secretário da Saúde, Gilberto Martin, para que venha a esta casa na Comissão de Saúde prestar informações sobre o que a Secretaria realizou no ano de 2007, e sobre os planos da Secretaria para os próximos meses de 2008. E iremos nos ater especialmente a uma questão que é saber do Secretário qual o prazo para a inauguração dos novos hospitais que foram prometidos para o estado do Paraná. Queremos saber o mês que serão inaugurados esses hospitais, queremos saber se o Governo tem recursos para comprar equipamentos - para esses hospitais, e queremos saber se existem pessoas qualificadas, preparadas, concursadas para trabalhar nesses hospitais. Eu não sou contra a construção de hospitais, mas de nada adianta construirmos os prédios imensos, moderníssimos, se não tivermos pessoas que possam atuar nessas unidades de saúde. Então, quero saber isso do Secretário, essa é uma explicação que é devida à população paranaense. E como é a nossa praxe aqui na Assembléia, com muita sensatez, com muita educação, com cordialidade, estamos convidando o Secretário para que venha à Comissão de Saúde prestar informações sobre essas questões tão relevantes.

#### **O Sr. Felipe Lucas (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Cumprimento a Mesa quero cumprimentar o Deputado Ney Leprevost, que tem feito um trabalho importante em prol da Saúde dos paranaenses. É uma área que precisa de apoio, dá-se sempre uma impressão que o profissional da Saúde, não só médicos, enfermeiros, dentistas, todos aqueles, hoje temos uma preocupação com todos os profissionais liberais até. Mas é muito importante a sua participação, inclusive que se defina um salário, que se tenha um salário para todo o profissional. Isso é muito importante. Ao mesmo tempo cumprimentar esse trabalho, que tem feito pelos hospitais, principalmente os filantrópicos. Vi quando das emendas, da sua preocupação de que todos participassem, da sua participação para que os hospitais pudessem ter alguma emenda.

Quero também parabenizar todas as mulheres. São tantas que estão fazendo um trabalho enorme no Paraná.

Deputado, continue nessa linha de ajudar os hospitais, pois assim acaba ajudando os doentes, enfim toda a sociedade.

Muito obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço seu aparte e parabênz pela sua luta na área da Saúde. Agradeço a colaboração que tem dado aos projetos da Comissão de Saúde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de vir aqui, não apenas para fazer uma homenagem às mulheres lutadoras, que fazem o nosso mundo muito melhor.

Deputada Rosane, aquela referência que fez aqui, são países nórdicos, a Suécia, Finlândia, a Noruega e a Dinamarca, que tomaram a iniciativa, após uma pesquisa, de reduzir em 50% os cargos nas empresas públicas. E fazer que, por lei, 50% de todos os cargos eletivos fossem reservados às mulheres, porque se fosse pela via normal levaria 92 anos para que as mulheres pudessem equiparar em números nos Parlamentares. E isso reduziu 50% e até 90% a corrupção nesses países. É um dado interessante para estudarmos.

Assim como comentávamos antes a questão do Banco do Povo. O banqueiro do povo, quando fez o banco de Bangladesh, preferencialmente os empréstimos eram feitos às mulheres.

No entendimento dele, está no livro que ele escreve, eram feitas às mulheres, porque elas tinham, como primeira providência, não só prover a sua família, e sim dar uma sequência melhor para a sua vida.

Mas o que me traz aqui é o fato acontecido ontem do Rio Grande do Sul, e apesar de termos uma Governadora lá e estarmos no dia 08 de março fazendo uma referência às mulheres que morreram queimadas dentro de uma fábrica nos Estados Unidos, por isso o 8 de março. Tivemos uma desocupação de uma área de uma empresa multinacional - Enzo, ela é filandeza. Uma empresa que tem hoje, no Brasil, cerca de 100 mil hectares de terras compradas em área de fronteira. Coisa que, legalmente, não é permitido para empresas que não sejam brasileiras. Mas compraram em nome de outros. Os seus dois Diretores são os maiores latifundiários do Rio Grande do Sul.

E a desocupação que foi feita ontem, pela Brigada Militar, fez com que tivéssemos 700 mulheres presas, e cerca de 240 crianças estavam, até ontem, detidas. Não havia lugar para levar essas crianças, nem essas mulheres. Foram feridas 50 pessoas pela desocupação que foi feita.

Evidente que temos uma posição muito definida com relação à posse da terra no Brasil, a reforma agrária.

Obviamente que outros partidos tem posições diferentes, e isso não é ruim. Apenas são posições diferentes que refletem a diversidade que temos em nossa sociedade sobre essa leitura, mas o que me chama atenção e o que eu lamento é que justamente, numa situação como essa, tenhamos esse tipo de desocupação.

O Deputado Plauto lembrou a questão das papeleiras do Paraná que estão tentando aumentar sua produção, fazer com que tenhamos a continuidade de um parque que já é produtor de mais de 50% do papel imprensa. Parece-me que a única produtora de papel imprensa no hemisfério sul está localizado em Jaguariá. Agora, o que me chama atenção é que essa desocupação que foi feita, independente, da nossa posição, a favor ou contra os métodos que são utilizados, acho que não pode passar despercebida, não pode passar em branco. Não podemos concordar que as pessoas sejam agredidas durante esse processo, sejam detidas de uma forma extremamente violenta.

Quero fazer um relato e uma consideração especial: no Paraná já tivemos desocupações, dezenas delas, algumas não são feitas, outras são feitas, dezenas, centenas, algumas com violência, a maioria sem que haja violência, apesar de que toda desocupação é um processo violento, nós sabemos disso, mas em nenhum momento os jornalistas foram impedidos de fazer a cobertura. Neste caso específico do Rio Grande do Sul, Fazenda Tarumã, 2 mil e 100 hectares, no município de Rosário do Sul, a aproximadamente 400 quilômetros de Porto Alegre, nenhum jornalista teve acesso à área, todos os jornalistas que estavam próximos foram afastados. Os jornalistas que tinham filmado e tinham registrado, tiveram seu equipamento recolhido.

Acho isso bastante perigoso, porque, como falei, independente de nossa posição, acredito que até para que as pessoas possam tomar uma posição, é necessário o registro dos fatos. Tem pessoas que são totalmente contrárias, já falei isso, acredito que é legítimo; tem pessoas que são francamente favoráveis, como é o nosso caso, também acho que é legítimo. Agora, é preciso que a imprensa tenha acesso para poder cobrir esse tipo de ação. Assim como aconteceu e passou no Jornal Nacional quando a imprensa teve acesso a uma ação feita pela Via Campesina, aliás, por mulheres da Via Campesina, que foram bastante criticadas pela sua ação, mas acho que é preciso que a imprensa tenha acesso a esse tipo de ação para que não repitamos fatos que aconteceram, num passado muito recente, no nosso país e que todos lamentamos.

Só gostaria de citar que temos, inclusive, um processo e, hoje, a história Stora Enso está sendo objeto de um processo, porque dos 46 mil hectares que adquiriu, a empresa só entregou documentos de 17 mil, e obviamente, não queremos que este fato fique como se nada estivesse acontecendo.

**O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Agradeço o aparte. Quero dizer que discordamos. É uma questão da maneira de pensar, até mesmo uma questão, muitas vezes, ideológica, mas a verdade é uma: estamos vendo no nosso país, famílias, geralmente pessoas de baixa renda, sendo manipuladas. Em invasão de propriedade há pessoas que são conduzidas como uma massa de manobra e se a Polícia cumpriu uma determinação judicial é sinal que o Juiz, no momento que emitiu essa ordem de desocupação da área, cumpriu a lei.

Repito: o grande problema é aqueles que induzem essas famílias a tomarem atitudes ilegais e que, lá na frente, acabam pagando, como nessa desocupação da área. V. Exa. fala que tem um número significativo de pessoas, mulheres, crianças e aonde acaba resultando em tudo isso. Existe no nosso país uma Constituição, a lei, e a lei tem que ser cumprida e obedecida por todos. Aqueles que descumprem a lei acabam tendo a sua punição, mas repito: tem que punir aqueles que lideram esse tipo de ação, porque esses, na minha avaliação, são os reais culpados.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado, Deputado Plauto. Acho que esse é um debate interessante e necessário de ser feito, até porque como V. Exa. falou, temos pontos de vista diferentes, por isso participamos de partidos diferentes. Acho que a Constituição, sim, deve ser cumprida, inclusive naquilo que diz respeito à função social da terra.

Sabemos que hoje a área de fronteira não pode ser adquirida por empresas multinacionais. Se tivéssemos cumprindo literalmente o processo - há um projeto de lei para que se muda no Congresso Nacional a questão da área de fronteira, integralmente - seguramente essa área não estaria sendo objeto de disputa. Quanto às pessoas fazerem parte desse ou daquele movimento, menos do que induzidas, elas são levadas muitas vezes por um desespero, por quem perde praticamente tudo e acabam ficando à margem.

Concedo um aparte ao Deputado Professor Luizão, Líder da nossa Bancada.

**O Sr. Professor Luizão (PT)**

Deputado Tadeu Veneri, porventura, não sei se temos as informações, mas não seriam essas empresas provavelmente as principais financiadoras da Governadora do Rio Grande do Sul?

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Esta é uma informação que obtivemos hoje de manhã também, que são duas empresas. E que fazem parte desse processo, que está sendo debatido lá, que são as principais contribuintes para a campanha da Governadora Ieda Crucius, do Rio Grande do Sul. Quero crer que não há uma relação direta com essa situação, fazer uma desocupação de uma área, com aquele que lhe deu recurso para a campanha.

Acho que temos que ter serenidade para entender, que se legislação não permite que tenhamos uma área de

fronteira ocupada por empresas multinacionais para transformar em uma área de 100 mil hectares plantio de eucalipto e de pinus - a legislação tem que ser para os dois lados, para que não possamos mais tarde ter situações como essas que estamos observando. Ou vamos ter justiça social neste país, através da organização da sua população, ou vamos continuar lamentando, inclusive, no Dia Internacional das Mulheres, que mulheres cometam muitas vezes aquilo que foi cometido há mais de um século atrás, nos Estados Unidos.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni*****O SR. VALDIR ROSSONI**

Caros Deputados, eu não faria uso da palavra, mas mediante o pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri, mais interessado em atacar a Governadora do Rio Grande do Sul, que é do PSDB, V. Exa. esquece de citar alguns fatos que são preponderantes naquilo que aconteceu. Primeiro, uma invasão de área. Segundo, pessoas menos favorecidas e esclarecidas, induzidas por pessoas, politicamente, para que invadissem a área. Terceiro, a Governadora apenas cumpriu uma decisão da Justiça.

O que me assusta é que quando vejo o Líder do PT insinuando que essa empresa possa ter financiado a campanha da Governadora, ora, para quem desmoralizou o Senado da República e o Congresso Nacional com o mensalão, para quem desmoralizou os cartões corporativos, para quem tornou a corrupção neste país uma coisa natural, acho que seria muito melhor essas questões serem discutidas com mais prudência e não ficarmos, aqui, julgando. Poderia ser contestada a decisão da Justiça. A Governadora do Rio Grande do Sul apenas cumpriu uma decisão da Justiça. Não foi ela que organizou a invasão e nem o despejo. Ela é uma Governadora, mulher, que vem administrando com competência o Rio Grande do Sul.

Deputado Romanelli, a Governadora Ieda Crucius pegou o Governo do Rio Grande do Sul falido. Quem foi que governou o Rio Grande do Sul? Foi o PT. Por essa razão, no final do ano que vem, a Governadora vai entregar o Rio Grande do Sul sem déficit. Ela assumiu esse estado sem condições de pagar a folha de pagamento. Não tem capacidade nenhuma para investimentos e para outros gastos. Não consegue, com a receita do Rio Grande do Sul, pagar a folha de pagamento.

Este ano diminuiu o déficit com mão de ferro, firme, com determinação. O ano que vem ela entrega o Rio Grande do Sul recuperado. Porque é difícil imaginar que um estado riquíssimo como o Rio Grande do Sul, o Poder Público Estadual não tenha capacidade de investimento. Certamente é problema de gestão. Essa gestão, agora, está sendo com determinação, com competência sendo administrada pela Governadora Ieda Crucius.

Passa por dificuldades, passa por um momento de impopularidade, porque está tendo que tomar medidas duríssimas, mas não tenho dúvida que a partir do final deste ano ela começa a colher os frutos de ter um estado saneado.

Então, não vamos misturar aqui alhos com bugalhos, apenas a Governadora cumpriu com a decisão da Justiça. Quem tinha que ter responsabilidade com invasões são aquelas pessoas que vivem da organização, talvez aí tenha as ONGs, que também há um fato no Brasil que está acontecendo, que estão desmoralizando as ONGs.

As ONGs - Organizações Não Governamentais, que trabalham, que trabalham pela nossa sociedade, agora estão colocando todos na vala comum, por causa da corrupção. Você não pode abrir um jornal, você não pode abrir uma revista semanal, que estão desmoralizando. Quer dizer: é cartão corporativo, é ONG, é mensalão, é dinheiro na cueca! É toda essa barbaridade!

Daí vêm aqui querer colocar uma situação do Rio Grande do Sul, quando não tem nada a ver a questão partidária.

Coloco essa posição, lamento ter que discordar do Deputado Tadeu Veneri, tenho um grande apreço pelo seu trabalho, mas a democracia é assim.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Horário da Liderança do PMDB, Deputado Cheida, por 10 minutos.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida***

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente Deputada Cida Borghetti, demais Deputados, ocupo a tribuna também, não poderia deixar de ser, para me referir ao Dia Internacional da Mulher.

Antes um fato que, de certa maneira é pitoresco, mas que merece atenção. Quando fui Prefeito em Londrina, criei pela primeira vez no Brasil a Coordenadoria Especial da Mulher, que havia sido aprovada no mandato anterior ao meu Governo, mas que não havia sido implementada. Começamos a fazer um trabalho na Coordenadoria Especial da Mulher e lá se verificou que as mulheres começavam a sofrer maus tratos, após o dia 10 de cada mês, estatisticamente falando, Deputada Cida. Na investigação que fizemos que a mulher começava a apanhar depois do dia 10 de cada mês, foi ficando evidente que a redução do salário recebido pelo marido e as economias domésticas pressionando pelo gasto em casa, botava a família em polvorosa, inclusive o marido que descontava na mulher.

Mas, com o passar do tempo, a Coordenadoria Especial da Mulher em Londrina, volto a dizer, a primeira do país e bastante premiada por isso pelo IBAN, pela Fundação FORD, pela Fundação Getúlio Vargas, começou também a receber queixas de homens que apanhavam de suas respectivas esposas. Ali tivemos que abrir um livro de queixas sobre maus tratos aos homens,

praticadas pelas respectivas mulheres. O que me leva a crer que a questão não se resolve dando-se mais ou menos direito às mulheres como um todo, mas resolvendo uma questão de base que, sem dúvida nenhuma, passa pelos salários, por uma sociedade diferente, democraticamente falando, obviamente.

Mas, ocupo a tribuna para, se me permitirem os nobres Pares, ler um texto de minha autoria, como não poderia deixar de ser, falando sobre a mulher e o meio ambiente.

**(Lê):**

*“A mulher e o meio ambiente*

*Homem não chora.*

*E é preciso que não chore, já que é ele quem decide se a floresta tomba ou permanece em pé.*

*Não expressar sentimentos é capital para quem toma decisões amparado na ideologia do progresso a qualquer custo. Até porque não existe progresso sem custos. Mais ou menos assim: o ideal é que não se desmate, mas se for preciso para gerar empregos, danem-se as árvores!*

*Nos últimos 50 anos, a produção mundial de grãos triplicou. A quantidade de terras irrigadas duplicou. Os automóveis ultrapassaram os 500 milhões. O mesmo aconteceu aos televisores, geladeiras, chuveiros elétricos, lavadoras, secadoras, computadores, celulares, microondas, fax, videocassetes, CDs, parabólicas, isopor, descartáveis, transgênicos e outras invenções.*

*As riquezas produzidas quintuplicaram.*

*Mas, também neste período, o mundo perdeu 20% de suas terras férteis e 20% de suas florestas tropicais, com milhares de espécies ainda nem conhecidas. O gás carbônico aumentou 13%, destruiu-se 3% da camada de ozônio, toneladas de materiais radioativos foram despejados na atmosfera e nos solos, os desertos aumentaram, rios e lagos morreram por chuva ácida ou esgotos industriais.*

*E o mundo não ficou mais rico, menos faminto, nem menos doente.*

*Alguém deve mesmo ter conceitos brutos sobre o sucesso e o progresso. Afinal, que alma sensível validaria tal rapinagem?*

*A mulher, ao contrário, como tem permissão cultural para expressar sentimentos, tem mais compaixão. É mais intuitiva, pois pela linguagem lógica jamais se comunicaria com o filho que ainda não fala. Ela tem a função de cuidar. Cuidar de outro ser, outra vida que não é ela. Diante da competição, prefere investir na cooperação. São atribuições sociais que as deixam mais próximas aos apelos por paz, harmonia e equilíbrio ambientais.*

*Compaixão, intuição, cooperação e cuidado são elementos do pensar feminino. A Biologia nos mostra que nenhuma espécie conseguiu estabilizar-se sobre a Terra desprezando tais estratégias para com outras espécies.*

*As que se utilizaram de meios diferentes, não sobreviveram.*



*Em todas as civilizações, as deusas da Terra são mulheres. A Terra que tudo dá, que tudo provê, que sustenta, cria e supre as necessidades de tantos e diferentes filhos seus. Esta Terra é mulher.*

*Talvez, não por acaso.*

*No Dia Internacional da Mulher, comemoremos com muita esperança. As coisas também não mudam por acaso.*

*Um forte abraço e até sexta que vem.”*

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, apenas para registrar a inspiração do nobre Deputado Cheida e para ver como V. Exas. estão com os olhares embevecidos, e também as nossas taquígrafas.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Revelou-se um grande poeta o Deputado Cheida.

Passa-se ao horário da Liderança do Governo. Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

## **Ordem do Dia:**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Ofício nº CEE/G 016/08, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando para ciência a nomeação do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, para ocupar o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Ofício nº CEE/G 015/08, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que se afastará do país no período de 06 a 08/03/08, em viagem para a Argentina, para tratar de assuntos de cunho técnico e de interesse público do estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 047/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a liberação de (01) uma Kombi para a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes, de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 048/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que ordenem a pavimentação ou a colocação de pedras irregulares, no trecho de três quilô-

metros que liga a BR-277 à colônia Dom Pedro, no município de Campo Magro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando, subscrito pela presidência da Assembléia Legislativa, constante do expediente, comunicando que o Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado será ouvido pela Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 01/08, na sala de reuniões das comissões, às 11h da próxima segunda-feira, dia 10 de março. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Estamos no processo de apoio. Assim que passar a Ordem do Dia, procede o seu questionamento.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 379, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 06/03/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 757/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER/PR, conforme especifica. (**Publ. no DA nº 136/07, de 24/10/07, em Projetos de Lei**). Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, não pode votar porque não há quórum.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Será feita a verificação.

Solicito, portanto, que a Deputada Rosane Ferreira proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. RENI PEREIRA (PPS)

Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Os Deputados deverão registrar novamente a sua presença neste momento, digitando a senha e logo em seguida enter.

Solicito a 1ª Secretária que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Rosane Ferreira**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vinte Srs. Deputados estão presentes. Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 757 e 854/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 741 e 750/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 617 e 863/07 e do Projeto de Resolução nº 005/08.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicação:***

### ***Presidência***

### ***Ato***

ATO DO PRESIDENTE Nº 001/08

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**D E C L A R A :**

constituída Comissão Especial composta pelos Srs. Deputados Cleiton Kielse, Ademar Traiano, Elton Welter, Plauto Miró, Cida Borghetti, Augustinho Zucchi, Dr. Batista, Chico Noroeste e Rosane Ferreira, para a ouvida do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, indicado para o cargo de Procurador Geral de Justiça pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

